

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO  
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO  
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO  
FUNDAÇÃO INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES

ESTUDOS PARA UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL NO PARANÁ  
VOLUME II  
AVALIAÇÃO DOS DISTRITOS INDUSTRIAIS E POTENCIALIDADES MUNICIPAIS

CURITIBA  
SETEMBRO/1981

F981e Fundação IPARDES

Estudos para uma política de desenvolvimento industrial no Paraná. Curitiba, 1981.

v.

Convênio Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, Secretaria de Estado do Planejamento. Fundação IPARDES.

CONTEÚDO. - v.I.A desconcentração industrial e as perspectivas do Paraná. v.II. Avaliação dos distritos industriais e potencialidades municipais.

1. Industrialização - Paraná. 2. Áreas industriais. 3. Industrialização - Incentivo. I.Título.

CDU 338.924:338.983:711.554(816.2)

ESTUDOS PARA UMA POLÍTICA DE  
DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL NO PARANÁ  
VOLUME II

AValiação DOS DISTritos INDUSTRIAIS  
E POTENCIALIDADES MUNICIPAIS

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>1 OS DISTRITOS INDUSTRIAIS DO PARANÁ</b> .....	3
1.1 ASPECTOS GERAIS DA IMPLANTAÇÃO .....	4
1.2 INFRA-ESTRUTURA .....	8
1.2.1 Pavimentação .....	8
1.2.2 Abastecimento de Água .....	9
1.2.3 Energia Elétrica .....	9
1.2.4 Comunicação .....	9
1.2.5 Terminal de Carga .....	9
1.3 INVESTIMENTOS .....	10
1.4 DIFICULDADES NA CRIAÇÃO E PÓS-IMPLANTAÇÃO .....	11
1.5 INCENTIVOS MUNICIPAIS .....	11
<b>2 POTENCIALIDADES INDUSTRIAIS DE ALGUNS MUNICÍPIOS</b>	
<b>PARANAENSES</b> .....	13
2.1 APUCARANA .....	13
2.2 ARAPONGAS .....	15
2.3 ARAUCÁRIA .....	16
2.4 CAMBÉ .....	22
2.5 CAMPO LARGO .....	23
2.6 CAMPO MOURÃO .....	24
2.7 CASCAVEL .....	25
2.8 CORNÉLIO PROCÓPIO .....	27
2.9 CURITIBA .....	28
2.10 FRANCISCO BELTRÃO .....	35

2.11	GUARAPUAVA .....	38
2.12	LONDRINA .....	40
2.13	MARIALVA .....	44
2.14	MARINGÁ .....	46
2.15	MATELÂNDIA .....	48
2.16	PARANAGUÁ .....	49
2.17	PATO BRANCO .....	50
2.18	PONTA GROSSA .....	51
2.19	ROLÂNDIA .....	54
2.20	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS .....	55
2.21	TOLEDO .....	57
3	CONCLUSÃO .....	59
ANEXO 1	SELEÇÃO DE MUNICÍPIOS .....	63
ANEXO 2	ROTEIROS E QUESTIONÁRIOS APLICADOS NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS .....	72
ANEXO 3	DADOS GERAIS DOS PRINCIPAIS DISTRITOS E ÁREAS INDUSTRIAIS PESQUISADAS .....	87

## APRESENTAÇÃO

O presente volume integra o trabalho Estudos para uma política de desenvolvimento industrial no Paraná, realizado pela Fundação IPARDES por força dos convênios SISNIC nº 01/79, celebrado entre o Ministério da Indústria e do Comércio e a Secretaria da Indústria e do Comércio do Estado do Paraná e convênio SEPL/116, celebrado entre a Secretaria de Estado do Planejamento, a Secretaria da Indústria e do Comércio e a Fundação Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.

Os demais volumes tratam da desconcentração da indústria a nível nacional e das perspectivas do Paraná neste processo (volume I), dos instrumentos estaduais de atração de empreendimentos industriais (volume III) e dos distritos industriais do Paraná (volume IV).

## INTRODUÇÃO

O presente documento engloba e sistematiza as informações recolhidas de uma pesquisa nos 21 municípios paranaenses, selecionados segundo sua expressividade econômica e/ou política.\*

Esta pesquisa teve como objetivos:

- a) levantar a situação atual dos distritos industriais instalados no Estado, verificando seus problemas e limitações;
- b) avaliar as potencialidades industriais destes municípios;
- c) determinar os fatores que levam as empresas a aí se localizarem.

O texto trata de forma relacionada dos dois primeiros temas, apoiando-se, quando interessante e conveniente, no terceiro. O enfoque conjunto se justifica por sua natural associação, comprovada nas análises iniciais.

As análises demonstrarão que os distritos industriais que apresentaram um desempenho mais satisfatório, ou estão localizados em municípios cuja indústria já apresenta uma razoável expressão, ou estão implantados em municípios que se constituem numa extensão econômica destas áreas.

A primeira parte do estudo avalia a situação atual dos distritos industriais, comparando algumas de suas características mais importantes.

\*Explicitados no anexo 1.

A etapa seguinte explana as potencialidades municipais, colocando os distritos industriais, seus problemas e limitações no contexto da evolução e das perspectivas econômicas dos municípios investigados. Ambas têm um caráter descritivo, deixando-se o componente analítico para ser desenvolvido no corpo das conclusões.

Os anexos recolhem os procedimentos referentes à coleta das informações e apresentam um detalhamento da situação atual dos distritos industriais levantados.

## 1 OS DISTRITOS INDUSTRIAIS DO PARANÁ

As principais características de 12 Distritos Industriais do Paraná\* são apresentadas de forma conjunta.

É conveniente listar os motivos que levaram à abordagem exaustiva de apenas 12 dos 21 municípios pesquisados:

- a) esta amostra, guardadas as suas limitações, é representada pelos 12 distritos conhecidos previamente, figurando os mais expressivos do Estado;\*\*
- b) nos restantes (9 municípios), em 2(dois) inexistiu uma área ou Distrito Industrial, e nos outros 7(sete) estas áreas foram praticamente descobertas por ocasião de pesquisa de campo.

Serão comentados a seguir as informações referentes aos 12 Distritos:

- a) aspectos gerais da implantação;
- b) infra-estrutura;
- c) investimentos;
- d) dificuldades encontradas na implantação e na gestão;
- e) incentivos municipais.

\*Os instrumentos de coleta das informações aqui comentadas integram o anexo 2, enquanto que as informações propriamente ditas são mostradas em detalhe no anexo 3 a nível de cada Distrito Industrial.

\*\*De qualquer modo a realização do trabalho apoiada nesta amostra seria inevitável, porque no decorrer da pesquisa, através de uma circular enviada pela FAMEPAR (Fundação de Assistência dos Municípios do Estado do Paraná) aos 299 municípios paranaenses, identificou-se a presença de 25 áreas e Distritos Industriais, sem que houvesse algum organismo da administração estadual que contasse com as mínimas informações sobre a maior parte delas.

## 1.1 ASPECTOS GERAIS DA IMPLANTAÇÃO

A tabela 1.1 demonstra de uma forma geral, a maneira pela qual se deu a criação dos distritos e como estes vem sendo administrados.

TABELA 1.1 - ASPECTOS GERAIS DA IMPLANTAÇÃO DAS ÁREAS E DISTRITOS INDUSTRIAIS

MUNICÍPIOS	Nº DE ÁREAS	DENOMINAÇÃO	INSTITUCIONALIZAÇÃO	ANO DE CRIAÇÃO	EMPRESA ADMINISTRADORA	PLANO DIRETOR	ESTUDO DE VIABILIDADE	ÁREA TOTAL (EM ALQUEIRES)
Curitiba	1	Cidade Industrial de Curitiba	Sim	1973	CIC S.A.	Sim	Sim	1 814,05
Londrina	4	Centro Industrial de Londrina I, II, III e IV	Sim	1972, 1973 1974, 1980	CODEL	Sim	Sim	58,42
Maringá	4	Zona Industrial I, II, III e IV	Sim	1949, 1964 1973, 1980	Prefeitura	Sim	Sim	666,01
Ponta Grossa*	4	Zona Industrial I, II, III, e Distrito Industrial de Botouquera	Sim	1979	CIOEP	Sim	Sim	148,13
Cascavel	1	Distrito Industrial de Cascavel	Sim	1979	Prefeitura	Sim	Sim	128,10
Araucária	3	Centro Industrial de Araucária I, II e III	Sim	1975	Prefeitura	Sim	Sim	15 061,98-
Apucarana	2	Parque Industrial Zona Sul e Zona Oeste	Sim	1970	COOPAP	...	...	21,32
Guarapuava	2	Distrito Industrial de Guarapuava e Área Industrial de Boqueirão	...	1974	Prefeitura	Sim	Sim	154,13
Matelândia	1	Distrito Industrial de Matelândia	Sim	1977	Prefeitura	Não	Não	4,00
Campo Mourão	2	Distrito Industrial de Campo Mourão I e II	Sim	1976, 1980	Prefeitura	Sim	Sim	144,63
Rolândia	1	Área Industrial de Rolândia	Não	...	Prefeitura	Não	Não	6,50
Correia Pinto**	3	Distrito Industrial I, II e III	Sim	1980	CODIC	Não	Sim	27,00

Fonte: Anexo 3

(...) e informação não foi obtida

\*Os dados apresentados nesta tabela referem-se apenas ao Distrito Industrial de Botouquera.

\*\*Dados referentes aos Distritos II e III, visto que o primeiro, criado em 1967, encontra-se totalmente ocupado.

- a) número de áreas: dos doze municípios investigados, oito têm mais de um espaço reservado às implantações industriais. Nos casos de Londrina, Maringá e Ponta Grossa, sendo áreas divididas racionalmente conforme o tipo e tamanho das unidades que se pretende atrair, permitem uma maior economia de escala. Muitas destas áreas foram legalizadas a partir da existência de um parque "natural" de unidades industriais;
- b) denominação: existem várias definições de distritos e áreas industriais. Segundo a Organização das Nações Unidas - ONU, distrito industrial corresponde a "uma área onde o planejador promove a implantação de uma

infra-estrutura necessária à indução de um processo de desenvolvimento industrial.

Uma breve observação do caso paranaense permite constatar a existência de diversas áreas, criadas na verdade para atingir os mesmos objetivos, que possuem várias denominações (distrito, cidade, centro, zona e parque). Daí porque, deixando de lado as preocupações de natureza semântica, convencionou-se dividir estes espaços em dois âmbitos conceituais:\*

- i) distrito industrial: área instituída por lei que abrange estabelecimentos industriais (Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Araucária, Apucarana e Matelândia);
- ii) área industrial: área apenas destinada (legalizada ou desapropriada ou sugerida) à instalação de indústrias (Cascavel, Guarapuaçu, Campo Mourão, Rolândia e Cornélio Procópio) sem uma efetiva presença de estabelecimentos;
- c) institucionalização: todos os distritos foram institucionalizados através de instrumentos legais, sendo que das áreas industriais apenas uma não o fez;
- d) ano de criação: todos os distritos e áreas foram praticamente criados depois de 1970, sendo que 7 (sete) deles foram implantados depois de 1976, conseqüentes, ou do esgotamento das áreas mais antigas (algumas

\*Esta repartição não impede, no entanto, a utilização destas expressões como sinônimas no decorrer das análises.

naturais), ou do interesse em disciplinar o uso do solo urbano;

e) administração: devido à ausência de uma entidade a nível estadual para tal fim, a grande maioria das áreas e distritos vem sendo administrada pelas prefeituras ou por empresas municipais de economia mista. No entanto, a maioria destas companhias subordina-se econômica e politicamente às prefeituras, exercendo também atividades mais amplas relacionadas na maioria dos casos ao planejamento urbano do município. Conseqüentemente, o grande número de atribuições com escassos recursos, inviabiliza estas companhias como empresas;

f) plano diretor: segundo informações das prefeituras ou das companhias administradoras, verificou-se 8 (oito) municípios tiveram a preocupação de inserir estas áreas ou distritos em um Plano Diretor Municipal. Entretanto, apesar deste dado de certo modo animador, verificou-se "in loco", na maioria dos distritos e áreas, a inexistência de um zoneamento bem estruturado, a ausência de uma previsão dos serviços de infra-estrutura necessários e um certo desinteresse com as necessidades geradas por uma futura expansão da área do distrito:

g) estudos de viabilidade: dos municípios pesquisados, 9 (nove) indicaram que elaboraram estudos de viabilidade técnico-econômica para seus distritos e áreas. Constatou-se na visita aos mesmos, que os espaços escolhidos eram os únicos disponíveis, ou os mais fáceis

de serem desapropriados, possuindo na maioria das vezes localização e topografia inadequadas.

Analisando as informações sobre plano diretor e estudos de viabilidade, conclui-se que vários municípios não observam os pré-requisitos essenciais à implantação de um distrito;

- h) área total: a dimensão total das áreas e distritos abordados soma 18 234,28 alqueires. Porém, a maioria possui um zoneamento destinado quase que exclusivamente à implantação de indústrias, sem preocupações com a reserva de espaços para outras atividades. Do total informado, grande parte ainda não foi desapropriada. Um caso marcante é o do Centro Industrial de Araucária que, abrangendo 80% do total estadual, conta apenas com 10% da sua área total efetivamente comprada.

Na impossibilidade de obtenção de dados sobre grau de ocupação destas áreas, a observação direta permitiu concluir que apenas os Distritos Industriais de Curitiba, Maringá e Londrina apresentaram resultados satisfatórios.

Para outras áreas, alguns problemas, como deficiências no planejamento, associadas à escassez de recursos, e, em alguns casos, o pequeno período de existência e/ou desinteresse empresarial, explicam, a grosso modo, uma ocupação modesta ou nula.

## 1.2 INFRA-ESTRUTURA

Os dados da tabela 1.2 referem-se à infra-estrutura existente dentro de cada uma das áreas ou distritos industriais. \* Estes resultados foram coletados nas Prefeituras ou Companhias de Desenvolvimento de cada município.

TABELA 1.2 - INFRA-ESTRUTURA DOS DISTRITOS E ÁREAS INDUSTRIAIS

MUNICÍPIOS	PAVIMENTAÇÃO		ABASTECIMENTO DE ÁGUA		ENERGIA	SISTEMA DE COMUNICAÇÃO	TERMINAL DE CARGA
	Até o Distrito ou Área	Dentro do Distrito ou Área	Industrial	Potável	E elétrica		
Curitiba	Sim	Sim	Sim	Rede Pública	Sim	Sim	Sim
Londrina	Sim	Parcial	Sim	Rede Pública	Sim	Sim	Projeto
Maringá	Sim	Parcial	Sim	Rede Pública	Sim	Sim	Em estudo
Ponta Grossa*	Sim	Parcial	Não	Rede Pública	Sim	Sim	Em estudo
Cascavel	Sim	Não	Não	Em estudo	Sim	Não	Em estudo
Araucária	Sim	Parcial	Sim	Rede Pública	Sim	Sim	Em estudo
Apucarana	Sim	Não	Sim	Rede Pública	Sim	Sim	Não
Guarapuava	Não	Não	...	Rede Pública	Sim	Sim	...
Matelândia	Sim	Não	Não	Rede Pública	Sim	Sim	Não
Campo Mourão	Sim	Não	Não	Rede Pública	Sim	Não	Não
Rolândia	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não
Cornélio Procopio**	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não

Fonte: Anexo 3

(...) A informação não foi obtida

\*Os dados referem-se somente ao distrito de Botuquera.

\*\*Os dados referem-se aos distritos I e II.

### 1.2.1 Pavimentação

- a) até o distrito: onze municípios possuem ótimo acesso até o distrito, devido, na maior parte dos casos, à proximidade destes com alguma rodovia;
- b) dentro do distrito: apenas um dos distritos possui pavimentação completa em seu interior. Os demais ou não dispõem deste elemento, ou estão só parcialmente pavimentados. Nestes distritos, em decorrência da precária situação financeira das prefeituras municipais, a pavimentação é feita apenas por ocasião da implantação de alguma indústria.

\*As informações sobre esgoto industrial não constam na tabela porque nenhuma destas áreas contam com este sistema.

### 1.2.2 Abastecimento de Água

- a) industrial: as áreas e distritos 6 (seis) não são abastecidos com água industrial, apesar de possuírem mananciais próximos. Decorrente disto, as indústrias aí localizadas investiram, em geral, grandes somas com perfuração de poços artesianos. Os demais estão abastecidos com água industrial, entretanto, alguns estão ligados à rede de distribuição normal da cidade, o que pode acarretar uma série de inconvenientes futuros, não só para a comunidade como para a própria indústria:
- b) água potável: apenas 2 (dois) municípios não contam com abastecimento de água potável em seus distritos, utilizando-se também de poços artesianos. O restante tem ligações com a rede pública.

### 1.2.3 Energia Elétrica

Pelos dados apurados, o sistema energético satisfaz às necessidades das áreas ou distritos, pois a concessionária faz as ligações à medida que as empresas vão se instalando.

### 1.2.4 Comunicação

Somente 4 (quatro) destes municípios não possuem sistema de comunicações (ramais telefônicos, telex, etc.), em seus distritos. No entanto, podem ser atendidos a qualquer momento devido a sua proximidade com a rede urbana dos municípios.

### 1.2.5 Terminal de Carga

Das áreas ou distritos relacionados, pode-se observar que apenas 5 (cinco) deles (Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e

Araucária) teriam condições de suportar, devido ao seu porte e ocupação, um terminal de cargas. Entretanto apenas um dispõe deste serviço, enquanto que nos outros 4 (quatro) sua instalação encontra-se em fase de estudos.

### 1.3 INVESTIMENTOS

Os recursos financeiros utilizados para a criação dos distritos ou áreas industriais dos municípios enfocados foram provenientes quase que exclusivamente dos cofres municipais (tabela 1.3). Além desta fonte, Londrina recorreu a financiamentos estaduais e a Cidade Industrial de Curitiba a empréstimos federais e estrangeiros, os quais foram utilizados, respectivamente, na aquisição e desapropriação dos terrenos e para a instalação de infra-estrutura.

Houve ainda a canalização de insignificantes verbas da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, para três outros distritos.

TABELA 1.3 - ORIGEM DOS RECURSOS APLICADOS NAS ÁREAS E DISTRITOS, E DIFICULDADES ENCONTRADAS DURANTE E APÓS A IMPLANTAÇÃO

MUNICÍPIOS	ORIGEM DOS RECURSOS APLICADOS	DIFICULDADES ENCONTRADAS NA IMPLANTAÇÃO	DIFICULDADES ENCONTRADAS APÓS A IMPLANTAÇÃO
Curitiba	Prefeitura Financiamento	Financeiras Desapropriação	Financeiras
Londrina	Prefeitura Financiamento	Desapropriação	Financeiras
Maringá	Prefeitura Repasse	Nenhuma	Nenhuma
Ponta Grossa	Prefeitura Repasse	Nenhuma	Nenhuma
Cascavel	Prefeitura Repasse	Financeira	...
Araucária	Prefeitura	Desapropriação Serviços Básicos Financeira	Financeira
Apucarana	Prefeitura	Financeira	Financeira
Guarapuava	Prefeitura	Nenhuma	...
Matelândia	Prefeitura	Desapropriação Financeira	Financeira Financeira
Campo Mourão	Prefeitura	Desapropriação	Financeira
Rolândia	Prefeitura	Nenhuma	Financeira
Cornélio Procópio	Prefeitura	Nenhuma	Abastecimento de água

FDNTE: Anexo 3

(...) a informação não foi obtida

#### 1.4 DIFICULDADES NA CRIAÇÃO E PÓS-IMPLANTAÇÃO

Para a criação e após a implantação a principal dificuldade foi a escassez de recursos financeiros, tanto para a aquisição e desapropriação das áreas delimitadas como para a dotação de uma infra-estrutura mínima imprescindível (tabela 1.3). Com relação aos municípios que não apontaram problemas desta natureza, alguns têm realizado apenas a instalação da infra-estrutura à medida que as indústrias individualmente se implantam, enquanto que outros somente desapropriam o terreno.

Ao colocar estes problemas, as administrações municipais esqueceram de mencionar que, na maioria dos casos, os projetos de seus distritos eram um tanto quanto ambiciosos, concebidos sem o comprometimento (e o que é pior, sem o conhecimento prévio) de um número razoável de empresas dispostas a instalarem-se neste local.

Além disso, este processo de concessão da infra-estrutura mínima, à medida que cada empresa se implantava, onerou sobremaneira as despesas para as prefeituras ou companhias, debilitando sua base financeira.

#### 1.5 INCENTIVOS MUNICIPAIS

São diversos os instrumentos utilizados pelos municípios com o fim de atrair indústrias e/ou realizá-las, seja em distrito ou qualquer outra área (muitas vezes sujeita à escolha de empresário). Conforme a tabela 1.4, pode-se notar a existência dos seguintes incentivos: doação de terreno, venda de lotes a preços subsidiados, oferta de infra-estrutura, execução dos serviços de terraplenagem e isenções dos impostos possíveis.

Esta estratégia, adotada basicamente visando aumentar o volume de arrecadação municipal ou solucionar o problema do desemprego, tem levado ao uso generalizado destes incentivos, gerando uma forte concorrência intermunicipal.

A eficiência destes incentivos é bastante discutível, uma vez que sua força de atração varia sensivelmente, dependendo de uma série de outros fatores locais. Quando o investidor já escolheu uma região para implantar sua indústria, a diferença entre os incentivos determina o local a ser instalado a unidade fabril. Em outras palavras, o empresário define a localização da indústria em função de alguns pré-requisitos básicos como mercado, matéria-prima e mão-de-obra, tendo os incentivos uma importância menos acentuada, influenciando-o somente na última fase de sua análise locacional.

TABELA 1.4 - POLÍTICA DE INCENTIVOS MUNICIPAIS À INDUSTRIALIZAÇÃO

MUNICÍPIOS	ISENÇÃO DE IMPOSTOS MUNICIPAIS	OFERTA DE INFRA-ESTRUTURA	TERRAPLENAGEM	DOAÇÃO DO TERRENO	TERRENOS A PREÇOS SUBSIDIADOS
Curitiba	X	X			
Londrina	X	X	X	X	
Maringá	X	X	X	X	
Ponta Grossa	X	X	X		X
Cascavel		X			X
Araucária		X	X		
Apucarana	X		X	X	
Guarapuava	X	X		X	
Matelândia	X	X		X	
Campo Mourão	X	X	X	X	
Rolândia	X		X		X
Cornélio Procópio	X	X	X	X	

FONTE: Anexo 3  
(X) Incentivo Identificado

## 2 POTENCIALIDADES INDUSTRIAIS DE ALGUNS MUNICÍPIOS PARANAENSES

As informações coletadas na pesquisa de campo estão sintetizadas, de forma descritivas com pequenas variações entre os municípios, nas seguintes linhas gerais:

- a) uma rápida caracterização econômica do município;
- b) existência ou ausência de algum tipo de política de industrialização;
- c) limitações à industrialização;
- d) comentários sobre a inserção dos distritos industriais na estrutura econômica do município;
- e) análises críticas captadas durante as entrevistas.

### 2.1 APUCARANA

Está situada no maior entroncamento rodoferroviário do Norte do Estado, sendo um importante entreposto comercial. Pelo fato do município apresentar uma topografia acidentada sua agricultura é pouco desenvolvida, sendo seus principais produtos o café, o milho e a soja. A pecuária se constitui em forte base para sua economia, existindo a industrialização da carne bovina e suína para atendimento dos mercados locais e regionais, além do abate de eqüinos para exportação. Apesar de ter uma atividade agrícola pouco expressiva, a maior parte das indústrias são transformadoras de produtos agrícolas, buscando as matérias-primas nos municípios vizinhos.

Objetivando atrair novas indústrias, a prefeitura implan-

tou duas frentes industriais com as seguintes características:

- a) parque industrial zona-sul, destinado à instalação de indústrias leves e não-poluentes, com 36,85 ha de área, localizado na saída para Curitiba e Porto de Paranguá, entre a BR 369 (Rodovia do Café) e a Estrada de Ferro Central do Paraná;
- b) parque industrial zona-oeste, criado em 1970 para atender às indústrias poluentes, com áreas de 14,75 ha, divididos em lotes de aproximadamente 5 000m<sup>2</sup>, localizado entre a BR 369 e a ferrovia da Rede Ferroviária Federal.

Antes da criação dos distritos já havia empresas implantadas nestas duas áreas, e em toda a área urbana também funcionam diversas indústrias que prejudicam o desenvolvimento da cidade.

Com o crescimento desordenado, a prefeitura tem se preocupado em reestruturar sua cidade, projetos estão sendo criados para melhorar o aspecto urbano, e, para tanto, parcela relevante dos recursos financeiros municipais é destinada a esta atividade.

Com relação aos incentivos para o setor industrial, são previstos em seu Plano de Expansão Industrial: a doação de terreno, a isenção de impostos municipais por 10 anos e serviços de terraplenagem, benefícios estes concedidos pela prefeitura. Além disso são executadas as obras de infra-estrutura e saneamento pela Companhia de Desenvolvimento de Apucarana-CODAP.

A infra-estrutura dos parques industriais administrados pela prefeitura e a CODAP (subordinada à prefeitura) é bastante deficiente, devido essencialmente à falta de recursos financeiros.

Apesar dos parques industriais se apresentarem parcialmente ocupados por indústrias novas ou já existentes antes de

sua implantação, os resultados obtidos são pouco satisfatórios. A instalação destas indústrias ocorreu muito mais devido à posição geográfica do município e pelas facilidades que proporciona para o escoamento da produção, do que pela existência dos distritos industriais e incentivos.

## 2.2 ARAPONGAS

Situa-se no eixo Londrina - Maringá, e tem como principais matérias-primas a soja, o café, a avicultura e a pecuária.

Sua industrialização processou-se de uma forma natural ao lado da BR 369, incentivada pelo poder público municipal, que objetivava principalmente desenvolver a pequena e média indústria local, para que esta absorvesse a mão-de-obra e utilizasse os recursos de produção disponíveis na região.

Os estímulos às empresas consistiam basicamente na doação de terreno, facilidades infra-estruturais e isenção de impostos.

Como consequência desta política, Arapongas possui hoje o primeiro parque moveleiro do Estado, o segundo na fabricação de doces e ainda outras importantes indústrias instaladas.

Devido à plena ocupação da área existente, e pretendendo disciplinar a distribuição espacial da indústria no município, há um projeto para a implementação de um distrito industrial de 40 alqueires, já desapropriados.

Para induzir os empresários a se transferirem ou implantarem neste distrito, a CODAR-Companhia de Desenvolvimento de Arapongas concederá toda a infra-estrutura mínima necessária.

Até agora, no entanto, apenas quatro indústrias manifestaram intenção de realocar-se no Distrito Industrial.

A situação financeira do município pode ser considerada

boa, mas não existem condições de investimentos maciços em infra-estrutura, sem o apoio do Governo Estadual. Neste sentido sugeriu-se que o Estado transfira recursos à prefeitura ou à CODAR, para que estas possam financiar a compra de terrenos para os empresários empenhados em estabelecer-se no Distrito.

Houve inclusive sérias críticas aos órgãos de apoio financeiro e infra-estruturais do Governo Estadual. Os primeiros prontificaram-se a dar toda a assistência necessária à implantação do distrito industrial, mas até o presente momento nada fizeram. Quanto aos outros, funcionam de uma forma desconcatenada e altamente burocrática.

Com relação aos planos habitacionais, existem 800 casas populares prontas e uma previsão para construção de mais 270.

No que se refere aos serviços de água, toda a população é abastecida através da rede instalada pela SANEPAR; o sistema de esgotos é uma pequena rede de 3 000 metros executada pela Prefeitura no centro da cidade; e quanto à energia elétrica não existem problemas. Evidentemente qualquer unidade industrial não poderá ficar na dependência da extensão destes serviços.

### 2.3 ARAUCÁRIA

Município limítrofe de Curitiba, Araucária destacou-se pelo cultivo de hortifrutigranjeiros.

A explicitação de uma política de industrialização para o município é bastante recente, datando de 14.01.1975, com base no Decreto 951. O seu objetivo primeiro é o de implementar o centro industrial, procurando atrair para o mesmo qualquer tipo de indústria, com certa prioridade para aquelas que utilizem as matérias-primas locais (batata, frango).

Para melhor ordenar a distribuição industrial, o referido centro foi planejado em três módulos (perfazendo uma área total de 15 061,98 alqueires dos quais 10% já desapropriados):

- a) CIAR 1 (centro industrial de Araucária) - para as indústrias não-poluentes, dispendo de uma área total de 5 409,1 alqueires;
- b) CIAR 2 - destinado aos estabelecimentos pouco poluentes, dispendo de uma área total de 3 318,18 alqueires;
- c) CIAR 3 - reservado às unidades poluentes, possuindo área total de 6 334,71 alqueires.

Para acelerar o processo de atração de novas indústrias, os instrumentos ativados constituíram-se basicamente na execução dos serviços de terraplenagem e obras de acesso, extensão da rede de energia elétrica e telefonia, além da realização de uma publicidade mínima necessária.

Como consequência desta política, pode-se afirmar que nenhuma indústria importante opera atualmente no município ou no centro. Isto porque, em contato mantido com quatro grandes empresários, cujas unidades funcionam no CIAR 1, verificaram-se as seguintes razões para a localização das mesmas:

- a) a existência de um terreno com as edificações já construídas;
- b) a possibilidade de ligação a um desvio ferroviário;
- c) a boa oportunidade de investimento proporcionada pela compra de uma outra empresa (duas empresas).

Três destes empresários fizeram questão de enfatizar que a microlocalização da planta (CIAR) representa uma mera coincidência. Apontaram, inclusive, vários problemas consequentes desta localização, tais como dificuldades com transportes de empregados, altos custos dos serviços telefônicos (devido às

chamadas constantes para Curitiba) e deficiência nos serviços de água e luz.

Um aspecto que demonstra uma certa flexibilidade da prefeitura no estímulo ao CIAR, é que seis pequenas indústrias estebeleceram-se fora de sua área, mesmo depois da sua criação.

A avaliação do grau de ocupação do centro deve ser encarada com cautela porque 406 alqueires pertencem à Refinaria da Petrobrás, empreendimento que por sinal desconsiderou na decisão locacional qualquer definição de política industrial por parte do município.

Concretamente, o que houve foi uma forte pressão política dos três estados sulinos junto ao Governo Federal, objetivando a implementação de três grandes projetos, sendo o pólo siderúrgico em Santa Catarina, o petroquímico no Rio Grande do Sul e a refinaria de petróleo no Paraná.

Determinado o Paraná para absorver a refinaria, restou para a microlocalização a escolha de uma área contígua à Curitiba que fosse favorável em relação aos ventos dominantes. Esta recaiu sobre Araucária.

A partir da instalação da Petrobrás, várias indústrias manifestaram interesse de instalar-se neste município, devido principalmente à possibilidade de usufruir dos benefícios infra-estruturais que acompanharam tal empreendimento.

No que se refere às indústrias em fase de implantação (citadas pela assessoria da prefeitura encarregada de administrar o centro) 11 delas foram pesquisadas, sendo que a real situação se configurava da seguinte maneira:

- a) três só possuíam terreno, sem qualquer plano para implantação;
- b) uma dispunha de terreno em área onde a instalação de

indústrias é proibida;

- c) uma outra comprou terreno, mas desativou as construções por falta de apoio da prefeitura;
- d) uma outra microempresa que opera na periferia do Município de Curitiba, em um barracão alugado, tinha área, mas ainda não havia começado a construir;
- e) as demais, em número de cinco, estão efetivamente se instalando no centro industrial. No entanto, três delas são pequenas empresas de Curitiba que estão relocando suas plantas, em decorrência da impossibilidade (física ou judicial) de expandir na localização atual. A preferência destas três (3) empresas por Araucária como opção locacional, deve-se preponderantemente ao baixo custo do terreno (principalmente quando comparado aos preços da Cidade Industrial de Curitiba), e a proximidade à CIC. Das outras duas restantes, uma trata-se de um projeto insumidor (integração vertical) pertencente a uma grande empresa situada na zona urbana de Curitiba, e a outra é um segmento produtor de uma empresa paulista cuja decisão de instalar-se no município prendeu-se aos estímulos oferecidos pelo poder público municipal.

Esta relativa timidez na atração industrial (que aliás não propiciou nenhum efeito positivo mais relevante, além do aumento da arrecadação e da oferta de empregos), reconhecida pela própria prefeitura, foi atribuída a vários fatores, dentre os quais podem ser enaltecidos a ausência de apoio dos órgãos

de promoção industrial do Estado\* e a grande burocracia existente nos órgãos da administração pública.

Entretanto, apesar de ter sido colocado em planos inferiores pela Prefeitura (talvez pelo receio de comprometimento político), a escassez de recursos financeiros é o maior ponto de estrangulamento na busca de novas inversões industriais.

A desapropriação dos terrenos e as obras de implantação do Centro Industrial estão sendo financiadas exclusivamente com recursos próprios, pois o acesso a capitais de terceiros é extremamente difícil, devido à falta de apoio e à burocracia desmedida existente nos órgãos estaduais.

Este é um aspecto paradoxalmente interessante, porque o Centro Industrial de Araucária é um empreendimento que se encaixava nos Planos Estaduais de Desenvolvimento,\*\*contando com o apoio (ao menos verbal) das Secretarias de Estado da Indústria e do Comércio, do Interior e das Finanças.

Como efeito deste desentrosamento entre os órgãos estaduais e municipais, o que se verifica são as condições precárias de infra-estrutura, existindo pavimentação somente até o centro industrial, sendo dentro do mesmo o revestimento apenas primário.

A questão mais inquietante relaciona-se com os serviços de água e esgoto. O abastecimento de água é insuficiente inclusive para a cidade, e o sistema de esgotos simplesmente não

\*Segundo os elementos da citada Assessoria da Prefeitura, por Araucária representar uma extensão da CIC possui inúmeras vantagens que deveriam receber maior atenção dos organismos que divulgam os atrativos locacionais do Paraná.

\*\*Apesar do ordenamento espacial ser bastante grosseiro, não existindo por exemplo áreas delimitadas para outras atividades, houve estudos de viabilidade e elaboração de planos diretores.

existe e nem há viabilidade para sua instalação; do que se conclui que as novas indústrias terão que aplicar recursos em poços artesianos e efetuar seu próprio tratamento e sistema de despejos de esgotos.

Pela grande dimensão do Centro Industrial, o único papel concreto que a Prefeitura pode desempenhar é o de intermediário na negociação entre o provável investidor e o proprietário da área do terreno, tentando posteriormente fornecer parte da infra-estrutura mínima indispensável, negociando com os organismos estaduais a instalação do restante (o que não parece muito fácil dado o privilégio do CIC).

Finalmente, no tocante aos planos habitacionais, existem aproximadamente 400 unidades edificadas financiadas pelo BNH, havendo ainda a previsão para construção de mais de 700 no CIAR. Como as indústrias em implantação suplantarão de longe este número (em termos de mão-de-obra absorvida), já no início de suas operações é fácil prever a ocorrência de sérios problemas no futuro.

Para que o Centro Industrial de Araucária transforma-se em um mecanismo efetivo com o receptáculo de novas empresas industriais, faz-se necessário uma tomada de posição por parte do Governo Estadual incluindo-o entre suas prioridades e tornando-o, por conseguinte, merecedor de maiores investimentos na infra-estrutura de apoio.

Pois, por se constituir num prolongamento da CIC, o CIAR exhibe uma série de vantagens econômicas imediatas, sendo uma alternativa geográfica viável anexa à Cidade Industrial de Curitiba, dispondo principalmente de áreas de terrenos a preços mais baixos, sem maiores entraves judiciais para desapropriação, por pertencerem em sua maioria a proprietários minifundiários.

## 2.4 CAMBÉ

Município fronteiro a Londrina no Norte do Paraná, Cambé como toda esta região, apresenta uma agricultura bastante desenvolvida, notadamente pelo plantio de soja, milho e amendoim.

A designação de uma política visando a industrialização municipal existe desde 1971, tendo sido regulamentada pela Lei nº 86 que disciplina a forma geral de doação de áreas à industrialização.

Os instrumentos adotados foram a doação do terreno escolhido pelo empresário (principalmente a partir de Londrina margeando a BR 369) e a isenção dos impostos municipais.

Os frutos desta política foram todos os estabelecimentos instalados no município a partir de 1972. Dentre estes, destacam-se algumas grandes unidades (de grupos nacionais e multinacionais) vinculadas ao setor Primário da economia regional, tanto no abastecimento quanto na compra, vendendo ainda significativa parcela de sua produção para o mercado nacional.

A industrialização de Cambé constitui-se num prolongamento natural do crescimento industrial de Londrina. As mais importantes indústrias ali instaladas examinaram primeiramente Londrina como alternativa locacional, tendo preferido Cambé pelos maiores incentivos oferecidos.

Não obstante o sucesso, apareceram certas marcas negativas com a implantação de estabelecimentos fabris no município. Dentre estas, sobressaem-se o êxodo rural, o surgimento de loteamentos próximos às indústrias impedindo sua ampliação, além da especulação imobiliária e a poluição de um rio.

A propósito das dificuldades físicas para expansão, duas grandes unidades pesquisadas indicaram este problema, sendo que

uma delas pretende aumentar o estabelecimento adquirindo os terrenos vizinhos, enquanto que a outra vai instalar mais um segmento em uma área opcional, mas dentro do município.

Apesar da situação financeira ser considerada boa, é impraticável uma política que vise maiores investimentos em infra-estrutura. O que está sendo feito efetivamente são destinações de verbas dos orçamentos anuais para aquisição de terrenos, objetivando expandir a área industrial.

Os recursos são exíguos, inclusive para a melhoria do sistema de abastecimento de água, tendo as empresas industriais recorrido à construção de poços artesianos. Quanto aos demais serviços a situação pode ser reputada como boa.

Existiam planos para criar um Distrito Industrial de 35 alqueires, mas a idéia não vingou em face das indefinições a nível das Secretarias de Estado e órgãos correlatos no tocante à legislação sobre uso do solo e proteção do meio ambiente nesta região.

Em relação aos programas habitacionais, o município dispõe de um conjunto com 500 casas já edificadas e outro com 350 em construção, todas financiadas pela COHAPAR. Há ainda uma área reservada para a divisão de 13 mil lotes.

## 2.5 CAMPO LARGO

Essencialmente voltado para exploração da argila, sua mais importante matéria-prima, Campo Largo tem uma certa representatividade no setor Industrial do Estado pelas tradicionais empresas de cerâmicas ali existentes.

O principal objetivo da sua política industrial é a criação de um distrito que possa atrair principalmente unidades que se utilizem da matéria-prima local. Para tanto, a administração

municipal pretende utilizar os seguintes instrumentos: isenção de impostos e execução de parte dos serviços de terraplenagem.

Este distrito encontra-se em fase de implantação, possuindo uma área delimitada de 4 840 000,00m<sup>2</sup> (200 alqueires) dos quais apenas 168 400,00m<sup>2</sup> (7 alqueires) estão desapropriados. Prevê-se para meados de 1982 que parte desta área estará dotada de uma infra-estrutura mínima que possa ser oferecida a futuros empreendimentos que ali desejarem instalar-se.

As maiores dificuldades encontradas para concretização deste distrito, segundo a prefeitura, são as restrições orçamentárias do município para: a desapropriação do restante desta área; a inversão em infra-estrutura e a concessão dos mesmos incentivos que outros municípios oferecem (principalmente a doação do terreno). Este último aspecto elimina o poder de barganha do município na competição que ora existe.

Outro fato é que suas empresas mais importantes estão localizadas fora desta área, sendo praticamente improvável a sua realocação devido ao alto custo da transferência.

## 2.6 CAMPO MOURÃO

Possui importante entroncamento rodoviário, que está integrado ao sistema de corredores de exportação, proporcionando fácil acesso aos principais centros consumidores do país. A principal atividade econômica é a agricultura, sendo a soja e o trigo os produtos relevantes, merecendo também registro as culturas de milho, café, algodão e mamona. As atividades pecuárias estão mais voltadas à criação de gado para corte.

As indústrias mais antigas estão ligadas ao ramo madeireiro, enquanto que as mais recentes se dedicam à transforma-

ção do principal produto agrícola (soja), bem como à industrialização dos produtos vindos da pecuária (principalmente leite).

Visando a atração industrial, foram criadas pela prefeitura municipal duas áreas:

- a) Distrito Industrial 1 (em 1976), com 33 alqueires de área, localizado próximo a BR 272, saída para Goioerê, destinado às indústrias leves, não-poluentes;
- b) Distrito Industrial 2 (em 1980), no eixo rodovia Iretama (BR 487), lateral rodovia para Roncador (BR 158).

Com o objetivo de acelerar o processo de industrialização, que ainda é pouco expressivo, a prefeitura oferece isenção dos impostos municipais, por até 20 anos, doação de terrenos e serviços de terraplenagem.

Apesar da existência destes incentivos e dos Distritos Industriais, apenas uma empresa importante está em fase de implantação do Distrito Industrial 1, o que atesta em certo grau a ineficiência desta política, cujos resultados são extremamente modestos.

Os distritos representam apenas uma simples delimitação de áreas, sendo destituídos de qualquer infra-estrutura interna, devido à escassez de recursos municipais. Este aspecto limita ainda mais o seu poder de atração de novos empreendimentos.

## 2.7 CASCAVEL

Tradicionalmente voltado para o beneficiamento da madeira vem sofrendo mudanças significativas neste setor pela escassez de matéria-prima, fazendo com que empresários procurem outros estados, principalmente Mato Grosso e Rondônia. Outro fato que vem ocorrendo nos últimos anos é o desenvolvimento acentuado do

setor Agrícola principalmente no plantio da soja e trigo, com reflexos altamente positivos sobre a atividade comercial do município.

Na tentativa de fortalecer o crescimento industrial de Cascavel, a prefeitura estabeleceu uma política cujo principal objetivo é a implementação ou realocização de pequenas e médias empresas notadamente as utilizadoras das matérias-primas regionais.

Este distrito que foi institucionalizado pela Lei nº 1 415/79, está localizado a 10 Km do centro urbano e sua administração é de responsabilidade da prefeitura porém há no entanto, a intenção de transferir esta tarefa à Companhia de Desenvolvimento de Cascavel - CODEVEL, empresa ainda a ser criada.

Foi delimitada a área de 128 alqueires dos quais 75 reservados à 1ª fase de ocupação e o restante para expansão. Dentro desta fase inicial foram destinados 42 alqueires para implantação de indústrias, 8,5 para o sistema viário e o restante a outras atividades.

Os instrumentos utilizados para a agilização deste processo resumem-se na venda do terreno a preços mais acessíveis, no acompanhamento do projeto e na execução de uma infra-estrutura adequada com as necessidades do estabelecimento.

Atualmente não existe nenhuma empresa em operação no distrito, apenas uma encontra-se em fase de implantação e duas em projeto. Esta situação pode ser atribuída a dois fatores principais:

- a) falta de interesse do empresário local (segundo pesquisa realizada em algumas empresas mais significativas do município) em realocar seus estabelecimentos para esta área primeiramente por estarem satisfeitos com a atual localização em um anel viário satisfatório e

em segundo lugar pelos altos custos ocasionados por uma transferência;

- b) inexistência de empresários de outras localidades interessados em investir neste município.

Em consequência da falta de recursos financeiros da Prefeitura, aparecem sérias deficiências infra-estruturais no distrito industrial: inexistência de pavimentação interna, problemas com abastecimento de água e esgoto industrial, ausência de planos habitacionais e problemas com os serviços de luz, água e telefone que são fornecidos no decorrer da implantação da indústria.

## 2.8 CORNÉLIO PROCÓPIO

Município economicamente mais expressivo da microrregião Norte Velho de Jacarezinho, sendo a agricultura (voltada para o plantio do café, soja, milho e algodão) sua principal atividade. Atrelado a um processo gradativo de industrialização, possui algumas grandes indústrias antigas, vinculadas à atividade agrícola até certo ponto expressiva para a economia do Estado.

Nos últimos 10(dez)anos Cornélio Procópio, a exemplo de muitos municípios paranaenses, apresentou queda em sua população, fenômeno atribuído à mudança ocorrida na estrutura agrícola (substituição do café pela soja), que provocou o esvaziamento da zona rural, pois a lavoura tornou-se altamente mecanizada.

A prefeitura, com o objetivo de agilizar o processo industrial do Município, criou mais dois distritos industriais (o existente, completamente ocupado). Estes distritos são administrados pelo CODIC - Companhia de Desenvolvimento Industrial de Cornélio Procópio, criada em 1967.

Os 2 (dois) Distritos totalizam uma área de 653 000 m<sup>2</sup>

27 (alqueires) e encontram-se em fase de implantação da infraestrutura, feita com recursos da própria municipalidade. Próximos aos distritos, núcleos habitacionais 2 (dois), estão sendo construídos, perfazendo um total de 964 casas.

Os incentivos à industrialização resumem-se: na doação do terreno, isenção de impostos municipais, execução dos serviços de terraplenagem, e concessão da infra-estrutura.

Entretanto, todas as unidades que optarem por qualquer outra localização dentro do município, serão beneficiárias destes favores pois a situação financeira é boa. Nota-se com isto, a inexistência de maiores preocupações com o disciplinamento do uso do solo urbano.

Em termos de infra-estrutura urbana, Cornélio Procópio, encontra-se bem servido, tendo a prefeitura se empenhado constantemente em equipar o município com serviços de apoio a indústria.

Existem ainda alguns problemas: com o abastecimento de água, fazendo com que as indústrias destinem recursos para a perfuração de poços artesianos, a falta de mão-de-obra qualificada (apontada por um empresário). A prefeitura, na tentativa de solucionar este último problema, está interessada, em trazer para o município uma escola profissionalizante.

Como efeitos positivos causados pela industrialização foram citados: o aumento da arrecadação municipal (podendo isto ser invertido em infra-estrutura), a absorção da mão-de-obra e a diversificação da economia.

## 2.9 CURITIBA

Através de um convênio firmado entre a Prefeitura Municipal de Curitiba e o Governo do Estado do Paraná, foi criada

no início de 1973 a "Cidade Industrial de Curitiba - CIC" (Decreto nº 30 de 19.01.73). Sua administração coube no início à Cia de Urbanização de Curitiba - URBS, também encarregada do planejamento urbano de Curitiba. Atualmente a tarefa de continuar prestando assistência técnica e financeira exclusiva à Cidade Industrial, está sob a alçada da Cidade Industrial de Curitiba S/A-CIC S/A, empresa de economia mista, originada de um desmembramento da antiga URBS.

É importante realçar que a Cidade Industrial de Curitiba, não é apenas um mero Distrito Industrial. Sua concepção se insere em um Plano Diretor Municipal, e antes mesmo de sua criação foram elaborados estudos sobre a viabilidade técnico-econômica, topográfica, e estratégia locacional de acesso aos eixos de transporte.

Sua implantação não se deveu só à preocupação com a desconcentração industrial a nível nacional e internacional. O plano diretor de que faz parte demonstra a necessidade de disciplina e racionalização do uso do solo urbano, porque a concentração industrial de Curitiba era bastante antiga, dispersa por vários pontos residenciais da cidade e ligeiramente aglutinada às margens da BR 116 - ligação com São Paulo e Porto Alegre.

A área total da CIC é aproximadamente 1 814,05 alqueires (10% da área total do município), configurando-o como um dos maiores Distritos Industriais do Brasil. Possui uma faixa de extensão de 14,5 Km e largura média de 3Km, limitando-se ao Norte com a BR 277 - ligação com o Norte e Oeste do Estado, e o Porto de Paranaguá, e ao Sul pela BR 116 - ligação com os Estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Em seu zoneamento foram definidos vários espaços, assim divididos:

- a) área reservada às indústrias, 1 059,50 alqueires;
- b) área para comércio e serviços, 95,04 alqueires;
- c) área reservada à habitação, 223,14 alqueires;
- d) "áreas verdes", 167,36 alqueires;
- e) sistema viário, 212,81 alqueires;
- f) linhas de alta tensão, 56,17 alqueires.

O total a ser desapropriado era de 39 000 000 m<sup>2</sup> (1 611,57 alqueires), dos quais 26 milhões já o foram e 5,3 milhões encontram-se em demanda judicial.

Em 1974 conseguiu-se financiamento junto ao BNH para a implantação do sistema viário interno, sendo que a instalação dos serviços de água, luz e telefone ficaram sob a responsabilidade das empresas concessionárias que vêm desempenhando papel satisfatório.

A CIC possui um equipamento capaz de suportar empreendimentos de qualquer dimensão. Sua área compreende também empresas produtoras de alimentação para operários, clínicas médicas, escolas profissionalizantes, sistema de transporte coletivo integrado à rede urbano, bem como núcleos habitacionais. A propósito disto, existem 6 000 unidades já construídas em sua zona Sul, e mais 8 000 em projeto para implantação na zona Norte.

Dispõe ainda de ramais ferroviários possibilitando ligações com o Norte do Estado, Porto de Paranaguá, e com os Estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O Governo do Estado através de diversos órgãos, deu apoio total a este empreendimento, montando um eficiente esquema de propaganda no exterior, procurando atrair investimentos para a CIC, destacando-se as indústrias dinâmicas, como as mecânicas, eletrônicas e de material de transporte, visando promover uma

diversificação da indústria paranaense.

Além deste instrumento, outros foram utilizados como estímulos na atração destes capitais. Dentre eles podem ser destacados a forte pressão política exercida pelo Governo Estadual junto a área Federal; a oferta de financiamentos, a participação acionária no capital das empresas, o oferecimento de toda a infra-estrutura e as vendas de grandes áreas a preços subsidiados.

Apesar destes estímulos constituírem-se na maioria das vezes em elementos decisivos na escolha do empresário, representaram tão somente um reforço ou alargamento dos atrativos locacionais flagrantes apresentados pela CIC e pelo próprio município de Curitiba. Estas vantagens competitivas são refletidas pela existência de infra-estrutura urbana e industrial, pela posição geográfica estratégica em relação aos principais mercados do país e pela disponibilidade de mão-de-obra barata e estável (principalmente para os investidores estrangeiros).

A CIC foi um dos exemplos positivos de implantação de áreas planejadas para receber indústrias. Em seus primeiros anos de existência diversas empresas ali se instalaram, notadamente grupos estrangeiros.

Fábricas sediadas na zona urbana da cidade foram também transferidas para a CIC, devido à falta de espaço físico para ampliações e/ou persuasão por parte da prefeitura municipal, forçando o deslocamento.

A preferência pela CIC como opção locacional decorreu do impedimento, explicitado na lei do uso do solo, para assentamentos industriais em qualquer outra área do município. A construção da nova planta em um espaço geográfico maior (permitindo futuras expansões), com uma vantagem adicional configurada

na proximidade à outras indústrias, viabilizou-se entretanto em função dos baixos custos dos terrenos e da venda do imóvel da rede urbana.

Estas duas facetas ilustram o eficiente papel da CIC, tanto na atração industrial, quanto no disciplinamento da utilização e ocupação do solo urbano.

No entanto, nota-se uma relativa timidez na atração de "caça" à capitais oriundos de outras regiões do Brasil. Este fato denota a grande dificuldade da efetivação de uma desconcentração nacional, mesmo através de mecanismos indutores.

No período 1973-77, o ritmo de instalação de indústrias foi bastante acelerado, ultrapassando até as expectativas. Implantaram-se 81 indústrias ocupando em média 1 150 000 m<sup>2</sup> por ano e gerando aproximadamente 14 510 empregos diretos. A partir de 1977, devido a conjuntura bastante desfavorável à realização de novos investimentos,\* este ritmo caiu significativamente. Apenas 16 novas plantas se instalaram, gerando 608 empregos diretos, reduzindo a média de ocupação anual para 650 000 m<sup>2</sup>.

Através dos dados da tabela 2.1 pode-se avaliar melhor estes resultados:

TABELA 2.1 - NÚMERO DE EMPRESAS, ÁREA CONSTRUÍDA E NÚMERO DE EMPREGOS GERADOS NA CIC 1973-80.

ANO	Nº DE EMPRESAS IMPLANTADAS	ÁREA CONSTRUÍDA (m <sup>2</sup> )	Nº DE EMPREGOS GERADOS
1973	10	142 623	5 839
1974	13	110 968	3 546
1975	12	39 510	1 474
1976	28	102 948	2 070
1977	18	79 342	1 581
1978	7	7 096	259
1979	8	32 142	320
1980	1	5 500	29
TOTAL	97	520 129	15 118

FONTE: CIC S/A

\*Associada ao retorno (após 1979) de influentes elementos paranaenses, que formaram um "grupo de pressão" na área federal.

naenses, preponderantemente dos locais.

Alguns fatores limitaram esta iniciativa, colocados como mais relevantes a inexistência de uma mentalidade industrial nos produtores paranaenses, associado a falta de uma maior orientação do Governo às indústrias locais, no sentido de que estas se adaptassem às necessidades técnicas enquadradas pelas grandes indústrias implantadas na CIC, beneficiando-se com este processo.

Sobre a atuação menos realista da administração governamental, vale mencionar a tentativa de aprimoramento dos cursos profissionalizantes que, embora tenham tomado uma grande impulsão a partir da existência da CIC, estão bastante aquém da demanda qualitativa manifestada principalmente pelas grandes empresas multinacionais.

Mesmo com estes problemas, todos passíveis de solução, a Cidade Industrial de Curitiba foi um empreendimento bem sucedido, conseguindo atingir de forma satisfatória os principais objetivos propostos. Por exemplo: a atração de estabelecimentos dinâmicos que contribuíssem para modificar a estrutura produtiva industrial do Estado, foi alcançada já nos primeiros anos de existência da Cidade Industrial, mas os problemas financeiros são grandes e merecem ser ressaltados para que medidas possam ser tomadas visando sua solução.

Como todo empreendimento deste tipo, a CIC, em toda sua execução exigiu recursos financeiros de porte considerável. Devido a escassez de recursos municipais e a facilidade de acesso aos externos, na época, foram realizados empréstimos de grande vulto em instituições financeiras internacionais. Outros empréstimos internos vêm sendo realizados atendendo às necessidades que se apresentaram desde a época da criação até o momento.

Outras 10 (dez) empresas encontram-se em fase de construção e/ou terraplenagem, e mais 5 (cinco) com as atividades paralisadas.

Presentemente o grau de ocupação da CIC é da ordem de 32%, o que significa dizer que dos 25 640 000 m<sup>2</sup> reservados para a implantação de indústrias 8 200 000 m<sup>2</sup> encontram-se tomados.

Em 1979 a contribuição das empresas instaladas na CIC foi bastante significativa para o Estado, gerando um ICM na ordem de Cr\$ 637 493 000,00 representando cerca de 10,3% do total arrecadado pela indústria estadual.

As indústrias ali instaladas operam em vários ramos de atividade. As de capital estrangeiro se concentram nos ramos denominados dinâmicos (mecânica, eletroeletrônica e material de transporte), provocando uma ligeira alteração na estrutura industrial do Estado. As paranaenses estão em sua maioria voltadas às atividades tradicionais e ao ramo de matérias plásticas, geralmente a sua localização na CIC é consequência da transferência da planta da zona urbana do município. Parte relevante das indústrias, evidenciando-se as estrangeiras, por utilizarem tecnologia bastante avançada, geraram um volume de emprego relativamente pequeno.

Não obstante, vários foram os aspectos positivos causados pela instalação destas indústrias, dentre os quais merecem destaque a geração de alguma complementariedade industrial, o aumento significativo da arrecadação de ICM, a criação de novos empregos, o desenvolvimento de alguns cursos técnicos profissionalizantes e a realocação industrial intra-urbana.

A propósito da diminuta integração industrial gerada, em contato com os principais executivos das grandes empresas industriais estabelecidas na CIC, constatou-se um interesse flagrante na compra de todos os seus insumos de produtores para-

Quando a Cidade Industrial de Curitiba S/A assumiu a administração da CIC tomou para si também a responsabilidade das dívidas existentes que são da ordem de 3,7 bilhões de cruzeiros, sendo uma parte referente aos empréstimos bancários, e a outra correspondente as ações adquiridas na desapropriação da área que atualmente se encontram sob demanda judicial.

Como as receitas auferidas pela CIC S/A advêm de vendas de terrenos, que no momento estão difíceis, e subvenções do Governo do Estado que são insuficientes para saldar os referidos compromissos, os bancos estaduais avalizadores dos empréstimos externos é que têm pago os serviços destas dívidas.

Em virtude deste entrave financeiro, esta empresa não apresenta condições de executar qualquer obra na área industrial, nem mesmo aquelas consideradas prioritárias.

Sem contar com recursos municipais (exíguos no momento), esta dificuldade quase que intransponível, pode ser resolvido pelo Governo do Estado, desde que este se proponha a assumir o montante de débitos já contraídos.

As vantagens propiciadas pela criação da CIC, acabam por esconder os problemas acarretados pela "caixa baixa" porque esta área se constitui em alternativa bastante atraente para a realização de novos investimentos, tornando-se uma opção viável para a efetivação da desconcentração industrial.

## 2.10 FRANCISCO BELTRÃO

A fase de maior crescimento industrial de Francisco Beltrão, coincide com a exploração intensiva da madeira (1950-70), período em que capitalistas do município investiram na implantação de serrarias e fábricas de móveis.

Com a escassez da matéria-prima florestal, as empresas menores encerraram suas atividades ou migraram para as regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil. As maiores, com melhor estrutura organizacional e financeira permaneceram no município diversificando ligeiramente suas atividades, mas preferindo importar matéria-prima daquelas regiões novas, dado que a infraestrutura deficiente das mesmas tornaria a instalação de qualquer grande projeto industrial menos vantajosa.

O município dispõe atualmente de uma agropecuária bastante promissora, apresentando-se como o maior produtor de milho do Estado, começando a se destacar como produtor de soja, possuindo uma bacia leiteira com bons plantéis e ainda o melhor rebanho de suínos do Brasil.

É diante deste quadro que a atual administração municipal tem como propósito a diversificação industrial. Para tanto tem procurado de forma explícita atrair "prioritariamente" capitais industriais externos ao município, que venham a processar as matérias-primas locais, orientando-os para a periferia da cidade, onde existe uma área demarcada para tal fim.

Para a instalação dos estabelecimentos fabris, são oferecidos aos empresários, o terreno, a isenção dos impostos municipais por vinte anos, a execução dos serviços de terraplenagem, e a extensão da rede de água, luz e telefone, tudo de acordo com o volume de capital a ser investido.

Como produto desta política, algumas unidades já foram implantadas no município e outras estão em fase de construção. Aquelas já instaladas, conforme informações da Prefeitura, proporcionaram além do aumento da oferta de emprego e da arrecadação municipal, um reflexo positivo sobre a atividade comercial do município.

Os estímulos dados pelo poder público municipal segundo empresários já estabelecidos e outras cujas unidades encontram-se em fase de implantação, foram decisivos na escolha locacional.

Isto se explica porque a região polarizada por Francisco Beltrão (Sudoeste paranaense) é extremamente homogênea no que se refere à disponibilidade de recursos de produção demandados pelas indústrias. Portanto, dentro deste raio, a microlocalização torna-se até certo ponto indiferente. Por isso o empresário decidiu instalar sua fábrica naquele município que ofereça incentivos e facilidades reduzindo de alguma maneira o investimento inicial.

No geral os empreendedores estão satisfeitos com a atual localização. Algumas críticas ocorreram em relação ao transporte coletivo deficiente e a topografia inadequada (mas este é um problema do município e não somente do distrito). Uma reclamação generalizada foi em relação aos cortes frequentes no fornecimento de energia elétrica, situação que, apesar dos esforços da prefeitura junto à COPEL, não tem sido solucionada satisfatoriamente.

Segundo elementos da prefeitura, a situação financeira do município é boa. Todavia, não existe "intenção", nem condições de investir agressivamente em infra-estrutura. A tônica é instalar os serviços mínimos imprescindíveis a cada indústria particularmente.

A única providência que o Estado deveria tomar, conforme expuseram, seria a transferência de recursos para a compra de mais alguns terrenos situados nesta área demarcada. Os empresários alegam que o Estado deveria implementar as obras de infra-estrutura de toda a região.

A respeito dos planos habitacionais, a partir de 1977 a COHAPAR financiou 3 núcleos com um total de 300 unidades, sendo 200 já entregues e 100 quase prontas. Existe ainda um projeto para a construção de mais 200 casas. É óbvio que qualquer aceleração no processo industrial do município, tornará insuficiente estes números.

Quanto à situação atual e perspectivas futuras dos serviços básicos, em relação a energia elétrica e transportes não ocorrerão problemas. O sistema de esgoto simplesmente não existe, de água só a cidade é abastecida. Houve um protesto veemente contra a SANEPAR, que segundo os empresários e a prefeitura, não acompanhou o crescimento do município.

Para não ocasionar desequilíbrios no suprimento da população terão que ser construídos poços artesianos para cada indústria.

## 2.11 GUARAPUAVA

O setor Secundário do município é composto principalmente por indústrias voltadas para a extração e transformação da madeira. A maioria dos estabelecimentos industriais existentes estão localizados próximos ao centro da cidade, ou na periferia, ocasionando atualmente problemas no meio urbano e social.

Procurando amenizar esta problemática e simultaneamente incentivar indústrias que possam aproveitar as matérias-primas provenientes da agricultura (arroz, batata, trigo, soja, maçã, etc.) e da pecuária (suínos, bovinos, caprinos, aves e eqüinos), a prefeitura municipal criou duas áreas industriais. A primeira, denominada Distrito Industrial de Guaratu (onde já existiam estabelecimentos implantados) destinado às indústrias de maior

porte, cujo processo de implantação ocorrerá espontaneamente. A segunda, denominada Área Industrial de Boqueirão, atenderá aos estabelecimentos de pequeno e médio porte que queiram implantar-se ou mesmo realocar-se.

Paralelamente à criação destas áreas, definiu-se uma política industrial objetivando a ocupação deste espaço, beneficiando o (futuro) investidor através da doação do terreno, isenção dos impostos municipais e a execução da infra-estrutura necessária. Como receptoras destes incentivos designou-se como prioritárias as agroindústrias.

Após a realização da pesquisa junto a alguns empresários do município, pôde-se constatar que esta infra-estrutura concedida deixa muito a desejar, pois houve casos em que a própria empresa teve que barganhá-la junto aos órgãos estaduais para conseguí-la. Outro inconveniente apontado é o deficiente acesso a Área Industrial de Boqueirão, falta de pavimentação interna e a inexistência no município de cursos profissionalizantes que pudessem realizar o treinamento de mão-de-obra para determinados tipos de indústrias.

Dentro dos planos habitacionais do município há 676 unidades concluídas, 205 em construção e a previsão de mais 2 096. Próximas a Área Industrial de Boqueirão localizar-se-ão 520 destas unidades.

O município na parte de transportes encontra-se em uma posição satisfatória, principalmente o ferroviário, dispondo de um terminal para o transporte de madeira e combustível.

Finalmente, precárias informações fornecidas pela prefeitura municipal a respeito do Distrito Industrial de Guaratu e Área Industrial de Boqueirão impossibilitam qualquer tentativa

de avaliação e conseqüentemente de identificação dos problemas e possíveis sugestões para as devidas soluções.

## 2.12 LONDRINA

Localiza-se na região que concentra a maior parcela da produção agrícola paranaense, cuja economia se desenvolveu de início sobre a atividade cafeeira.

Atualmente sua produção primária é bastante diversificada, onde os produtos mais expressivos são: café, soja, trigo, milho, algodão e rami, além de uma pecuária de grande significação para o Estado, destacando-se o rebanho bovino.

Sendo a terceira cidade mais importante da região Sul, em termos sócio-econômicos, Londrina apresenta um bom equipamento urbano; dispõe de rodovias asfaltadas que facilitam o escoamento da produção regional e o acesso aos principais mercados do País; está ligada à região Leste do Estado pela BR 376, permitindo-lhe fácil ligação à capital e ao Porto de Paranaguá. Possui também ramais ferroviários articulando-a à região Nordeste do Estado, Porto de Paranaguá, bem como aos estados de São Paulo e Santa Catarina.

Principal pólo industrial da região Norte do Estado, exerce forte influência sobre diversos municípios vizinhos. A maior parte das indústrias ali instaladas são tradicionais, transformadoras de matérias-primas regionais. Em função disto Londrina apresenta um comércio bastante desenvolvido, possuindo uma ampla rede de serviços.

Até 1970 o seu crescimento industrial deu-se de uma forma natural, pois as empresas espontaneamente buscavam a localização no município para processar as suas matérias-primas disponíveis.

A partir de 1970, a prefeitura municipal visando acelerar e disciplinar este crescimento criou uma série de instrumentos atrativos para o investidor.

Por não possuir no início, uma área específica para a implantação de estabelecimentos fabris, estes foram dispersando-se em todos os pontos da cidade.

Os problemas de congestionamento urbano começaram a surgir a medida que este processo acelerava-se. Foi então que em 1972, a Prefeitura explicitou uma política cujo principal objetivo era a delimitação de uma área que pudesse receber indústrias transferidas da rede urbana, além de empresas de outras localidades que tivessem interesse em se instalar no município.

Denominado de Centro Industrial de Londrina I - CILO I - esta área foi criada para atender pequenas indústrias de diferentes ramos de atividade, inclusive aquelas de "fundo de quintal" situadas na rede urbana que, cedo ou tarde, por falta de espaço para expansão ou por indução da Prefeitura teriam que se realocar. Devido ao elevado número de empresas que começavam a procurar esta área para se instalarem, a mesma teve que ser ampliada diversas vezes.

Com 13,35 alqueires, o CILO I encontra-se totalmente ocupado, abarcando em seu interior 66 estabelecimentos industriais que se beneficiam de uma boa infra-estrutura (ruas asfaltadas, água, luz, telefone e os serviços de transporte coletivo).

Após o resultado satisfatório obtido com a criação desta primeira área, e na impossibilidade da mesma em absorver outros estabelecimentos, principalmente os de médio porte, a prefeitura em 1973 criou o CILO II, com aproximadamente 9,53

alqueires localizado às margens da BR 369 na ligação Londrina-Cambê.

Esta área encontra-se totalmente ocupada por 11 estabelecimentos industriais de tamanho médio. Sua ocupação deu-se de modo mais eficaz, pois todas as empresas dispunham de planos de implantação, facilitando com isso o processo de seleção e indicação pela prefeitura para implantarem-se naquele local.

Com relação às empresas industriais de grande porte, 11 estabeleceram-se em áreas distintas (chamadas outras áreas) dentro do município, visto que os CILOS I e II não as comportavam.

As áreas foram escolhidas pelas próprias empresas, que recebiam da prefeitura toda a infra-estrutura necessária.

Devido à crescente demanda de área por parte dos industriais surgiu a necessidade de racionalizar as formas de atuação do poder público municipal no processo de industrialização. A aquisição de pequenas áreas isoladas para atendimentos esporádicos era antieconômica por apresentarem resultados limitados. A partir de 1973, a administração municipal idealizou a implementação de um distrito industrial com área aproximada de 400 alqueires, para atender as pequenas, médias e grandes empresas, distribuídas adequadamente em módulos (poluentes e não-poluentes).

Pretendia-se então dividir este espaço geográfico em três partes: CILO Sul, CILO Norte e CILO Centro, que comporiam o distrito industrial denominado Centro Industrial de Londrina III - CILO III.

Após um redimensionamento, a primeira etapa de implantação ocorreu em 1974, na área denominada de CILO Sul com 18,4 alqueires, próxima a rede urbanizada da cidade (o que facilitou a execução da infra-estrutura) ali localizaram-se 26 indústrias de pequeno e médio porte. Posteriormente foi incorporada ao CILO III uma área de 7,7 alqueires, instalando-se de imediato 4 empresas.

É conveniente frisar que a não implantação total deste distrito, deveu-se à escassez de recursos financeiros.

Em 1980, implantou-se o Centro Industrial de Londrina IV - CILO IV - localizado em Tamarana com área de 9,34 alqueires, de propriedade da Companhia de Desenvolvimento de Londrina, destinada às empresas de pequeno porte voltadas à transformação de matérias-primas eminentemente locais. Nesta área instalaram-se 4 pequenas empresas que ocupam aproximadamente 5,5 alqueires e geram cerca de 120 empregos. Há ainda mais uma em implantação.

Esse processo de ocupação de áreas industriais se deu sob a administração da Companhia de Desenvolvimento de Londrina a qual, entre outras coisas, é responsável pelo direcionamento da política industrial do município e pela concessão de incentivos para a implantação de indústrias nas áreas institucionalizadas. Os estímulos oferecidos são: infra-estrutura (energia elétrica, água, telefone, etc.), isenção de impostos municipais, venda de terrenos a preços subsidiados e em casos especiais a doação do terreno para empresas de grande porte, intensivas de mão-de-obra.

Em função da política adotada, e das vantagens locais do município o CILO I, CILO II e "outras áreas" encontram-se totalmente ocupadas, criando aproximadamente 4 800 empregos.

O CILO III (redimensionado) está quase todo ocupado (aproximadamente 90% do espaço disponível) proporcionando cerca de 875 empregos, havendo 9 (nove) empresas em projeto, que utilizarão 4 alqueires de área e cuja implantação efetiva depende da abertura e disponibilidade de novos terrenos pela CODEL.

Não há dúvidas de que os resultados obtidos foram satisfatórios, embora não isento de problemas, tais como o da poluição do rio Igapô e da paralisação de algumas indústrias

(aproximadamente 10 empresas estão nas mãos do BRDE e BADEP).

Além disso a Companhia de Desenvolvimento de Londrina - CODEL - apresenta sérias limitações financeiras, uma vez que suas atividades não se resumem apenas ao desenvolvimento industrial do município, dispersando portanto seus esforços em vários sentidos e destinando, segundo a Associação Comercial Industrial, seus poucos recursos à aplicação em infra-estrutura urbana.

A CODEL está encontrando dificuldades para adquirir novas áreas destinadas à absorção de indústrias a partir do CILLO III, devido à falta de recursos financeiros e à significativa especulação imobiliária ocorrida no município nos últimos anos.

Há alguns inconvenientes que limitam o crescimento industrial do município destacando-se conforme a opinião dos empresários locais, os relativos à mão-de-obra especializada, que apresenta problemas quanto à disponibilidade, qualidade e recrutamento. Existem deficiências no transporte de empregados tornando-se necessário a construção de habitações próximas às empresas.

### 2.13 MARIALVA

Município vizinho à Maringá tem na atividade agropecuária sua maior fonte de renda. As mais importantes matérias-primas são soja, trigo, café, algodão, milho, pecuária e avicultura.

Quanto à industrialização, não existe nenhuma área destinada à novas implantações. Concretamente a Prefeitura sancionou uma lei que determina os terrenos que podem ser desapropriados para fins industriais nas margens da Rodovia Marialva-Maringá.

Sumariamente é esta a política industrial do Município: industrializá-lo no sentido Marialva-Maringá, sem maiores preferências quanto a tipo ou tamanho das plantas.

Os instrumentos a serem utilizados para tal fim (isenção dos impostos municipais, facilidades na compra dos terrenos, colaboração nos serviços de terraplenagem) são inexpressivos se levado em conta que a citada área não dispõe de nenhuma infra-estrutura.

Obviamente não houve resultados concretos desta política até o momento.

Há uma explicação plausível para esta linha de ação da administração municipal. Todo o parque industrial do Município, situa-se praticamente contíguo a Maringá no Distrito Político de Sarandi.

Três estabelecimentos significativos ali instalados, dois integrantes dos gêneros mecânica pesada e um de produtos alimentares, deslocaram-se para esta área como decorrência do baixo custo do terreno, e do fácil acesso à bifurcação rodoviária Campo Morão - Cianorte.

Estas indústrias estão dissociadas do Município de Marialva, recorrendo a Maringá para todos os serviços de apoio de que necessitam. Suas implantações a partir de 1978 acabaram ocasionando um problema para todo o parque - a urbanização do espaço ao seu redor - o que impossibilita futuras ampliações.

Para Marialva a questão é mais grave, pois o Distrito de Sarandi cresceu de uma maneira tal que é quase do mesmo tamanho que a sede do município, estando sua emancipação ou incorporação a Maringá, sujeita a um plebiscito. Pode-se inferir daí o que isso representará em termos de perda de receita para o município.

Conclusivamente, parece correto dizer que as possibilidades de industrialização de Marialva são mínimas. Este argumento solidifica esta afirmação: segundo elementos da prefeitura a situação financeira do município é ruim (e tende a piorar se a hipótese acima levantada se concretizar).

## 2.14 MARINGÁ

Desde a sua emancipação político-administrativa teve como "carro chefe" de sua economia a cultura do café. Superada esta fase, Maringá, a exemplo da maioria dos municípios do norte do Estado lança-se na diversificação de sua produção agrícola, em especial através do cultivo da soja, trigo e cana-de-açúcar, hoje responsáveis por 90% da produção do setor Primário de sua economia.

Com relação ao setor Secundário, o ordenamento locacional das indústrias existentes, vem sendo desenvolvido desde a criação de um plano urbanístico elaborado pela Companhia de Melhoramento do Norte do Paraná, onde procura-se delimitar áreas para a implantação de unidades fabris.

Criaram-se inicialmente duas áreas denominadas de Zonas Industriais I e II nas quais já existia uma concentração natural de indústrias leves. Os seus 44,35 alqueires estão plenamente ocupados gerando aproximadamente 1 800 empregos diretos.

Em meados de 1973 a Prefeitura Municipal criou a Zona Industrial III, com um espaço delimitado de 436,01 alqueires, para atender empresas de qualquer dimensão que desejassem se instalar no município. A partir de então definiu-se uma política industrial cujo principal objetivo é incentivar a implantação e realocização de indústrias para a ZI-3 e as que posteriormente forem criadas, beneficiando-se das isenções dos impostos municipais previstos na Lei nº 1 024/73. Os tipos de atividades que incentivou-se preferencialmente foram: as de óleos vegetais, de alimentos, moveleiros e de confecções.

Em 1979 procurando dar mais agressividade ao ritmo das novas implantações, e, da transferência de unidades situadas na

rede urbana para a ZI-3, sancionou-se a Lei nº 1 321, que autorizou a doação de terrenos para estabelecimentos que absorvessem mais de 30 empregados e iniciassem suas atividades no prazo de 6 meses.

Além destas três, encontra-se em implantação a ZI-4 com 185,70 alqueires que está sendo preparada para absorver indústrias poluentes.

O processo de promoção industrial e de administração destas áreas é de competência da Secretaria de Expansão Econômica vinculada à prefeitura do município.

Segundo dados apurados nesta Secretaria, a Zona Industrial III vem proporcionando cerca de 3 000 empregos diretos, estando apta a receber novos investimentos por estar parcialmente ocupada. Mesmo apresentando algumas deficiências, como a inexistência de pavimentação interna, ausência de sistemas de esgoto e terminal de transporte de carga pesada, a infra-estrutura desta área pode ser considerada satisfatória. No que se refere à disponibilidade de serviços de apoio à indústria, o município encontra-se em uma situação razoável, dispondo de escolas profissionalizantes em convênio com o SENAI e uma Unidade de Preparação da Mão-de-Obra - UPMO.

Quanto aos planos habitacionais existem 3 000 unidades construídas, sendo que a prefeitura não dispõe de projetos para novas edificações.

Pode-se afirmar que as zonas industriais existentes em Maringá contribuíram de uma forma marcante, muito mais para o disciplinamento da utilização e ocupação do solo urbano, do que para atração industrial. Neste segundo aspecto, as vantagens

econômicas flagrantes exibidas pelo município \* o tornam independentemente da existência de zonas industriais, uma alternativa locacional favorável à realização de novas aplicações produtivas.

## 2.15 MATELÂNDIA

Município de pequeno porte, sem muita expressão econômica no contexto Estadual, localizado no Extremo-Oeste paranaense, entre Cascavel e Foz do Iguaçu, voltado principalmente para o cultivo do milho e do trigo.

A preocupação básica do município é com a mão-de-obra ociosa ali existente. Pensando nisto a prefeitura estabeleceu em 1977 alguns instrumentos objetivando a atração de indústrias, principalmente pequenas e médias absorvedoras de mão-de-obra local.

As providências adotadas foram: a aquisição de uma pequena área com 4 alqueires às margens da BR 277 na ligação com Cascavel e Foz do Iguaçu - denominada Distrito Industrial de Matelândia - e a extensão até a mesma de infra-estrutura mínima indispensável (serviços de água, luz, cabos telefônicos e pavimentação). A escassez de recursos financeiros municipais impediu maiores providências.

A prefeitura além de doar a área necessária à construção da indústria, sem qualquer ônus direto ao empresário, executa os serviços de terraplenagem do local e isenta de impostos e taxas municipais pelo prazo de 1 a 10 anos as empresas que se instalarem no distrito. Os critérios levados em conta para a

\*Disponibilidade de matérias-primas agrícolas, seccionado por um importante eixo de transporte, mercado consumidor, infra-estrutura de apoio significativo estendida a cada indústria que se instala.

concessão dos incentivos são: capital social, número de empregados, faturamento mensal médio previsto e área construída.

Aproveitando-se destes estímulos, duas empresas paranaenses se implantaram no Distrito em 1979, ocupando 48 400 m<sup>2</sup>, correspondendo a 50% da área total. Estes empresários estão satisfeitos com sua atual localização.

Como efeitos positivos destas implantações, foram citados pela Prefeitura, o aumento da arrecadação municipal e a absorção da mão-de-obra. Uma das empresas estimulou o desenvolvimento da pecuária leiteira em pequenas propriedades rurais.

Não existe obrigatoriedade das novas indústrias se implantarem no distrito industrial, o que demonstra desinteresse com o uso racional do solo urbano.

A falta de mão-de-obra "especializada" (ausência de cursos profissionalizantes) foi apontada como maior entrave para a industrialização do município. Outro problema é a falta de recursos para aplicação em infra-estrutura, tanto no distrito como na malha urbana.

Mesmo assim, as autoridades estão satisfeitas com os resultados alcançados, não possuindo maiores pretensões quanto a industrialização.

Por sua pequena expressão econômica, Matelândia não deve ser encaixada entre as prioridades do Governo do Estado para estímulos à industrialização.

## 2.16 PARANAGUÁ

Voltado para a atividade portuária depende, em última instância, dos resultados obtidos no setor Agrícola do Estado.

Não há uma política industrial e nem um parque expres-

sivo (hã apenas uma empresa multinacional fabricante de fertilizantes e um consórcio de grupos nacionais e estrangeiros, construindo plataformas mōveis para a prospecção de petrōleo), embora recentemente delimitou-se uma área, ainda não desapropriada, para a instalação de indūstrias.

Em Paranaguã nã existe intenção de conceder estīmulos para atrair estabelecimentos industriais, devendo o empresãrio investir em função das vantagens econōmicas que o municīpio apresenta. Nestas condições apenas as indūstrias voltadas para exportação, como a de oleaginosas, um terminal de fertilizantes ou uma indūstria naval, poderiam ser viãveis.

## 2.17 PATO BRANCO

Localizado no Sudoeste do Paranã, Pato Branco foi um dos beneficiãrios do ciclo da madeira, acomodando empresãrios oriundos em sua maioria do Rio Grande do Sul, que o escolheram por ser o municīpio mais importante da regiã na ēpoca.

Dado o declīnio das atividades madeireiras, a economia do municīpio estã voltada para a agropecuãria, destacando-se a produção de milho, soja, a suinocultura e avicultura.

Nã existe a explicitação de uma polītica industrial no municīpio, pois a prefeitura preocupou-se muito mais com o planejamento urbano da cidade, do que com a aceleração e a distribuição industrial.

Foram criadas duas áreas destinadas às implantações industriais, sendo uma anexa à rodovia que liga Pato Branco a Curitiba, dispondo somente de água e energia elētrica e outra prōxima ao aeroporto, carente de todas as melhorias.

Atē o presente momento, a prōpria prefeitura reconhece

que nada se fez para atrair indústrias para estas áreas. Os empresários antigos apontaram uma relativa timidez da administração municipal neste sentido e a maior parte deles não têm intenção de transferir suas plantas para as citadas áreas, porque as deficiências infra-estruturais anulam os prováveis benefícios previstos pela legislação municipal (doação de terreno, e isenção de impostos).

A situação financeira do município é excelente, e existem plenas condições de aplicação de recursos para implementar a infra-estrutura destes dois espaços geográficos, mas a Prefeitura não coloca em prática estas idéias.

## 2.18 PONTA GROSSA

Um dos pólos mais significativos do Estado em industrialização, Ponta Grossa conta com aproximadamente 500 indústrias de tipos e portes diferentes. Dos estabelecimentos mais importantes destacam-se as "esmagadoras de soja", responsáveis pelo processamento diário de aproximadamente 7 mil toneladas deste produto.

A fase de maior crescimento industrial do município teve início a partir dos anos 70 com a instalação de duas indústrias de capital estrangeiro, processadoras de soja.

Nesta época, em consonância com a lei de uso do solo, criou-se pela prefeitura municipal uma área denominada de Zona Industrial, para acolher outros investimentos industriais dirigidos ao município. Situada às margens da BR 277 na ligação Ponta Grossa-Curitiba, esta área concentra as empresas mais importantes de Ponta Grossa.

Este processo de concentração se deu de uma forma quase espontânea, pois quando as unidades fabris começaram a se instalar nesta área, a infra-estrutura era bastante deficiente,

melhorada em alguns pontos a medida que novas indústrias implantavam-se. Atualmente, segundo colocações de alguns empresários, com estabelecimentos situados nesta área, os maiores problemas enfrentados são: a deficiência do transporte coletivo, pois a maioria dos empregados pela inexistência de núcleos habitacionais junto à área moram em diferentes pontos da cidade; a distância de agências bancárias, assim como a ausência de um posto de coleta cujos serviços são realizados no centro da cidade; problemas com a qualidade da mão-de-obra ligada à produção; deficiência do transporte principalmente do produto final cuja ferrovia não suporta um maior número de vagões, o que torna a rodovia ainda a alternativa mais vantajosa em termos de preço.

Estes inconvenientes não impediram a localização destas plantas na área. Devido a alta dependência da matéria-prima agrícola (soja e trigo) três fatores determinaram a escolha desta micro-localização: a ligação direta a um entroncamento rodoferroviário, considerado o mais importante do Estado; a posição estratégica do município, em relação à procedência destes dois recursos de produção oriundos do Sudoeste e Norte do Paraná; finalmente a proximidade ao Porto de Paranaguá, o que facilita a realização do comércio externo.

Os aspectos positivos surgidos com a implantação das indústrias nesta área foram: aumento da arrecadação municipal, incremento na oferta de empregos diretos e indiretos e maior credibilidade do investidor pela região. Porém o direcionamento de recursos pela prefeitura municipal procurando atender apenas o setor Secundário, congelou a execução de outras obras da estrutura urbana da cidade.

Com a atual administração do município criou-se através

da Lei nº 2 975 de 24.11.77 a Companhia de Desenvolvimento de Ponta Grossa - CIDEP, empresa de economia mista que aliada à prefeitura tem como uma de suas tarefas básicas desenvolver o Programa de Desenvolvimento Industrial - PRODEIN, instituído pela Lei nº 3 162/79. O principal objetivo do PRODEIN é a consolidação das indústrias do município através da melhoria das condições infra-estruturais, procurando com este mecanismo a relocalização de estabelecimentos situados na rede urbana e a atração de novas unidades industriais para Ponta Grossa.

Objetivando oferecer novas opções locacionais, tanto para as empresas do município como as de outras localidades, foram criadas mais duas zonas industriais em diferentes pontos da cidade, visando com isto o aproveitamento de uma infra-estrutura já disponível nas respectivas áreas. Neste programa foi também criado o Distrito Industrial de Botuquara sendo este uma das prioridades da CIDEP, abarcando já algumas indústrias em operação. Esta Companhia é detentora de diversos terrenos neste distrito, os quais através de vendas incentivadas (financiamento com prazo entre dois e cinco anos, a juros mensais de 1%) são repassados aos empresários. São oferecidos ainda: terraplenagem e asfaltamento das ruas de acesso, isenções de impostos municipais por 10 anos dependendo do número de empregos que o estabelecimento venha gerar e a orientação e intermediação entre a empresa e os órgãos estaduais de apoio infra-estrutural e financeiro.

O Distrito Industrial de Botuquara, criado recentemente não dispõe de uma infra-estrutura adequada, pois a política da CIDEP neste sentido é de que, à medida que o empresário firmar convênio para implantar seu estabelecimento nesta área, toda infra-estrutura necessária será providenciada de imediato.

Três empresas estão em operação, duas em implantação e algumas comprometidas a se estabelecerem no distrito. Segundo colocações de membros da CIDEP, o município de Ponta Grossa está preparado para acolher qualquer tipo de indústria, mesmo as poluentes, uma vez que existem áreas disponíveis para tal. Contudo a política de incentivos tem procurado privilegiar as indústrias metal-mecânicas, eletro-eletrônicas e agroindustriais.

Estão concluídas 6 708 unidades habitacionais, sendo que 2 948 situam-se nas proximidades do distrito industrial. O município tem vários órgãos encarregados do treinamento da mão-de-obra destacando-se o SENAI, SENAC e a Escola Profissionalizante Tibúrcio Cavalcanti.

#### 2.19 ROLÂNDIA

Situa-se no eixo econômico Londrina-Maringá, no entroncamento rodoviário da BR 369 com a PR-170, com conexão direta para São Paulo, Mato Grosso e Brasília.

A principal atividade econômica do município é a produção agrícola destacando-se culturas de: café, soja, trigo e milho.

A Prefeitura procurando incentivar novos investimentos industriais adquiriu uma área com 157 300m<sup>2</sup> (6,5 alqueires) localizado a 2,5Km da sede do município que é destituída de infraestrutura (sem qualquer plano de implantação).

A administração municipal concede aos interessados em investir no município alguns incentivos, dentro de suas possibilidades imediatas, tais como: isenção de impostos, facilidades na aquisição do terreno e execução dos serviços de terraplenagem, extensão da rede de água e energia elétrica e instalações de cabos telefônicos, independente de sua localização.

Devido as suas péssimas condições e a localização inadequada, a área industrial não conseguiu absorver nenhuma indústria, nem mesmo um caso de realocização, intra-municipal uma vez que os empresários preferem ficar às margens da BR 376, ligação Londrina-Rolândia-Maringá.

Como o município não tem condições financeiras para engajar-se numa política de inversões em infra-estrutura, agilizando a industrialização, a prefeitura pretende estimular a atividade agrícola para conseguir recursos que possam ser aplicados na área industrial.

O seu crescimento industrial limita-se talvez pela proximidade com Londrina, uma vez que os empresários tendem a procurar os centros mais desenvolvidos, na busca da maximização das economias externas.

Um aspecto que talvez justifique a maior preocupação com a agricultura por parte da administração municipal é a mudança que ora se verifica na estrutura agrícola, onde o cultivo da soja é realizado em substituição ao do café; provocando, assim a liberação de uma grande quantidade de mão-de-obra não-qualificada do campo, que dificilmente poderá ser absorvida na sua totalidade pelo setor Industrial.

## 2.20 SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

Município limítrofe de Curitiba, São José dos Pinhais tem como principais matérias-primas a argila e a areia.

Não existe uma definição explícita quanto à uma política de industrialização. O que há de fato são duas áreas, uma junto à BR 376 e outra anexa à BR 277 (para pequenas indústrias poluidoras) integradas à rede urbana, nas quais pretende-se con-

tinuar incentivando a instalação de unidades industriais, notadamente aquelas absorvedoras de mão-de-obra.

A delimitação destas áreas está em perfeita consonância com a legislação estadual de uso do solo, sendo que a prefeitura não tem a intenção de oferecer quaisquer incentivos para os empresários industriais migrarem para o município.

Esta tomada de posição é coerente, se for observado que o seu crescimento industrial é consequência de um processo natural devido à proximidade com Curitiba e a existência de uma infra-estrutura de apoio significativa. A instalação de grandes indústrias, em sua maioria vinculadas ao setor Primário da economia paranaense, que abastecem também o mercado nacional, contribuíram para que o município de São José tivesse um grande avanço no caminho de uma emancipação econômica, eliminando a sua condição de cidade dormitório.

Em contatos mantidos com os mais importantes empresários industriais implantados no município, verificou-se que os fatores determinantes na escolha de São José para a instalação de suas unidades foram: a relativa abundância e o consequente baixo custo da mão-de-obra, o baixo preço dos terrenos e a existência do entroncamento rodoviário.

Um caso interessante é de uma indústria implantada recentemente, que considerou também a Cidade Industrial de Curitiba como opção locacional, abandonando-a pela alta rotatividade da mão-de-obra, preponderantemente a qualificada.

Como principais inconvenientes para operação de suas fábricas na localização atual, foram citados as dificuldades com transporte e habitação para empregados, a escassez de mão-de-obra especializada ligada à produção gerencial e princi-

palmente a forte dependência que ainda existe em relação a Curitiba, no que se refere ao suprimento dos serviços de apoio à indústria. Apesar disso, nenhum dos empresários tem intenção de realocização, dispondo de espaço suficiente para futuras ampliações das plantas, se necessárias.

A situação financeira do município é boa, e segundo elementos da prefeitura, existem plenas condições para investir na infra-estrutura de apoio à indústria\*, inclusive para construção de núcleos habitacionais. Ao Estado, segundo elementos da administração municipal, caberia tão somente abrir novas linhas de crédito e divulgar as vantagens locacionais de São José a prováveis investidores.

Há três conjuntos habitacionais já implantados pela COHAB e um em construção. Mesmo desconhecendo o número de unidades edificadas, as reclamações dos empresários demonstram que o suprimento desta necessidade é deficiente.

## 2.21 TOLEDO

A posição destacada de Toledo na (Oeste paranaense) economia do Paraná é atribuída ao importante desempenho que vem assumindo na produção agropecuária, ressaltando-se o plantio de trigo, soja e o rebanho de bovinos, suínos e galináceos.

A política industrial do município segundo a prefeitura é estimular a micro, pequena e média empresa local principalmente aquelas voltadas para as vocações econômicas da região. Em contraposição, representantes da classe industrial do mu-

\*A situação atual dos serviços infra-estruturais é boa e existem planos expansionistas.

nicípio afirmam que a política adotada pela administração municipal é de atrair indústrias de fora oferecendo todos incentivos possíveis.

Outra contradição existente nos incentivos oferecidos pelo município à industrialização é que a prefeitura destaca como mais importantes a isenção de impostos municipais, a doação de terreno e a execução dos serviços de terraplenagem e obras civis, enquanto que os empresários afirmam desconhecer a ocorrência de doação de lotes para implantações industriais.

Toledo não dispõe de uma área específica para a instalação de indústrias havendo um local sugerido pela prefeitura para a implementação de um distrito industrial. Isto seria uma alternativa futura, primeiramente por não considerarem necessária a sua existência, sem a cooperação financeira do Governo Estadual não teriam condições de investir maciçamente na infraestrutura e na desapropriação desta área, pela existência de outras prioridades.

A cidade encontra-se razoavelmente servida na parte habitacional, com 769 unidades de baixo custo financiadas pelo BNH; 300 em construção e 178 em projeto. As limitações mais acentuadas para a industrialização do município são: a escassez de mão-de-obra não qualificada e as deficiências no fornecimento de água e esgoto.

As empresas mais importantes do município estão voltadas para exploração da matéria-prima local, destacando-se uma unidade abatedoura de suínos, em 1980, que representou 80% do valor agregado municipal, segundo informações da prefeitura.

### 3 CONCLUSÃO

Nos últimos anos observa-se nos municípios paranaenses um intenso movimento de criação de áreas destinadas à localização industrial, na tentativa (na maioria dos casos pretenciosa) de disciplinar o uso do solo urbano e atrair novos empreendimentos industriais. A criação destas áreas vem, em geral, acompanhada de legislação concedendo benefícios fiscais e físicos às empresas que aí se localizam.

Embora não se disponha de uma avaliação exata, um levantamento parcial\* revelou que pelo menos 25 municípios contam com áreas deste tipo, sendo que a maior parte delas foram criadas nos últimos quatro anos (15 áreas, depois de 1977).

Parte desta proliferação de distritos industriais no Estado se explica pela situação financeiras dos municípios que vêm na industrialização a única alternativa para o aumento de sua receita fiscal. Este fenômeno não é marcadamente diferente do que ocorreu e vem ocorrendo em outros estados brasileiros. No caso do Paraná, observa-se absoluta ausência de controle por parte dos órgãos governamentais que deveriam orientar e assessorar as prefeituras neste tipo de ação. Estes desconhecem, in-

\*Levantamento realizado pela FAMEPAR (Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná), a pedido da Fundação IPARDES. Dos 299 municípios do Estado consultados sobre a disponibilidade de uma área reservada à implantação de indústrias, 79 responderam a correspondência, constatando a existência de 25 áreas.

clusive, quantos e quais municípios se lançaram nesta aventura industrializante.

Na criação destas áreas, quase sempre ficaram relegados a um segundo plano, aspectos de fundamental importância, como a elaboração de um plano diretor e estudos de viabilidade técnico-econômica que conciliassem a futura área com a realidade municipal e com suas potencialidades industriais. Ainda que muitas prefeituras tenham afirmado o contrário, foi possível constatar, na maioria dos casos, que a área reservada à atividade industrial ou era a única disponível, ou a que apresentaria menores problemas judiciais na desapropriação, ou a mais barata. Um número reduzido de distritos revelou preocupações quanto à prioridade por quantidade, tipo e tamanho de atividades industriais, e quanto à previsão de oferta e demanda de infra-estrutura, sistemas de manutenção, modulação da área, etc.

Em alguns casos, os distritos representam simplesmente uma institucionalização e extensão de pequenas concentrações industriais espontâneas, integradas à rede normal de serviços da cidade, o que poderá ocasionar no futuro problemas de atendimento do distrito e da população.

Muitos municípios efetuaram investimentos relativamente elevados em distritos que apresentam forte grau de ociosidade (o grau de ocupação de grande parte dos distritos é pequeno, mesmo sem considerar a existência de reserva para futuras expansões). Em muitos casos, a infra-estrutura básica insuficiente e constituem exceções aqueles distritos que contam com centros de serviços comuns, serviços de assistência técnica e treinamento de mão-de-obra, sistema de transportes integrado à rede urbana e núcleos habitacionais próximos.

As prefeituras, em geral, tenderam a atribuir o baixo

grau de ocupação à deficiência da infra-estrutura e à consequente relutância dos empresários locais ou de fora de instalarem-se seus distritos. Entretanto, verificou-se que o problema se explica pela combinação de três fatores:

- a) o porte das áreas, em geral, está acima das potencialidades industriais locais condenando-as à ociosidade;
- b) o desinteresse dos empresários e as deficiências da infra-estrutura, que estão muito mais ligados à ausência de atrativos locacionais no município;
- c) os municípios de maior população e base industrial mais expressiva participam da concorrência na atração industrial também através da concessão de estímulos fiscais e físicos, vulnerando a posição dos municípios menores (mesmo com a existência do distrito e do conjunto de incentivos).

É curioso notar que os distritos industriais foram criados para ajudar na solução das crises financeiras municipais, mas seu efeito foi contrário. As prefeituras investiram na desapropriação da área (ou deixaram de ganhar na venda de uma área de sua propriedade) e/ou na instalação de infra-estrutura, conseguindo no máximo, transferir para o distrito algumas indústrias que já funcionavam no município, sem efeito adicional, portanto, sobre sua arrecadação.

As análises desenvolvidas deixam claro que os distritos que apresentaram um desempenho mais satisfatório, tanto na atração de novas indústrias como no disciplinamento do uso do solo urbano, foram: a Cidade Industrial de Curitiba, os Centros Industriais de Londrina, as Zonas Industriais de Ponta Grossa e de Maringá.

As quatro áreas planejadas destacam-se do restante por sua administração mais eficiente (salvo Maringá, as demais são administradas por companhias específicas), suas condições infra-estruturais mais adequadas, seu grau de ocupação mais expressivo e a presença de um planejamento mais sério.

Os resultados não surpreendem, pois estes quatro municípios constituem as maiores aglomerações do Estado, tanto em termos de população como em termos industriais. Contam por isto com maiores condições para viabilizar a implantação de áreas destinadas à atração de novas indústrias e à realocização de parte da atividade industrial fixada na rede urbana (contribuindo para disciplinar o uso do solo). Dentre os 21 municípios pesquisados, os mais expressivos em termos de potencialidade industrial, são estes quatro os mais adequados a receberem uma atenção privilegiada de uma política industrial a nível estadual.

ANEXO 1  
SELEÇÃO DE MUNICÍPIOS

## ANEXO 1 SELEÇÃO DE MUNICÍPIOS

A lista de 20 (vinte) municípios a serem investigados, apresentada no final deste apêndice, foi elaborada atendendo alguns objetivos explicitados no projeto. Dentre estes destacam-se:

- a) identificar possibilidades setoriais e regionais do Paraná para uma possível desconcentração industrial, induzida ou espontânea, a nível nacional ou a uma migração de capitais industriais no campo internacional;
- b) avaliar a eficiência dos atuais instrumentos de atração dos empreendimentos industriais (notadamente os distritos industriais).

Todavia, se a dificuldade desta desconcentração ocorrer através dos mecanismos de mercado, parece correta e necessária a ação do Governo do Estado do Paraná no sentido de concentrar a aplicação de recursos na infra-estrutura e urbanização em algumas poucas áreas, procurando torná-las competitivas com alguns centros detentores de maiores atrativos para a industrialização.

Justifica-se, deste modo, o pequeno número de municípios indicados para receber um tratamento mais enfático neste trabalho.

A escolha dos municípios baseou-se nos seguintes critérios:

- a) observação da importância relativa do município no Estado, com base em determinados indicadores econômicos (valor agregado, arrecadação de ICM, consumo de energia elétrica, todos referentes à indústria), e sociais (população residente);

- b) encaminhamento de uma circular por intermédio da FAMEPAR, a todos os municípios paranaenses, visando identificar a existência de distritos ou áreas industriais nos mesmos;
- c) contatos com técnicos possuidores de profundos conhecimentos sobre a realidade sócio-econômica paranaense;
- d) consultas em estudos elaborados sobre o setor industrial (seleção de municípios): Programa de Eixos Industriais (1974) - PROEI, Planos Regionais e Industriais (1975) - PRI, Áreas Industriais no Paraná (1975) e programa das cidades de Porte Médio (1977).

A relevância dada a estes trabalhos na escolha de municípios, deve-se ao fato de, no caso do Programa das Cidades de Porte Médio, por exemplo, constituir-se este no estudo mais recente no âmbito municipal e apresentar uma interdependência direta com a industrialização. Aliás, apesar da pouca expressão do setor Industrial do Paraná, este já apresenta alguns indícios de concentração espacial, o que pode debilitar a base econômica de algumas cidades importantes. Daí a necessidade de concentrar investimentos na infra-estrutura urbana destas cidades, para torná-las atrativas a novos empreendimentos industriais. E quanto ao PRI, PROEI e Áreas Industriais, a justificativa é a relação destes estudos como setor Industrial a nível municipal.

Combinados estes critérios em certos casos e, satisfeitos particularmente em outros, verificou-se que a indústria paranaense concentra-se em aproximadamente 35 municípios (tabela A.1).

No entanto, alguns fatores podem ser enumerados como principais: a escassez de recursos, a presença de outros objetivos no projeto, bem como o exíguo prazo para a sua execução

fizeram com que se buscasse estabelecer escalas de prioridades para a pesquisa, sem prejudicar a qualidade do trabalho.<sup>1</sup>

1.<sup>a</sup> Prioridade - Municípios possuidores de Distritos, Áreas ou Centros Industriais simultaneamente catalogados pelo CENDI (Centro de Desenvolvimento Industrial) e identificados na pesquisa da FAMEPAR: Curitiba - Londrina - Maringá - Ponta Grossa - Cascavel - Araucária - Apucarana - Matelândia - Campo Mourão - Guarapuava - Rolândia - Cornélio Procópio.

TABELA A.1 - COMPATIBILIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS ENTRE OS VÁRIOS ESTUDOS REALIZADOS NO PARANÁ.

MUNICÍPIOS	PROGRAMA DE CIDADES MÉDIAS	PRI	PRCEI	ÁREAS INDUSTRIAIS NO PARANÁ
Curitiba		X	X	X
Ponta Grossa	X	X	X	X
Londrina	X	X	X	X
Maringá	X	X	X	X
Cascavel	X	X	X	X
Paranaguá	X	X	X	X
Apucarana	X	X	X	X
Arapongas	X	X	X	X
Guaitã	X	X	X	X
Cambé	X	X	X	X
Rolândia	X	X	X	X
Toledo	X	X	X	X
União da Vitória	X			X
Guarapuava	X			X
Cornélio Procópio	X			X
Paranavaí	X			
Umuarama	X			X
Jacarezinho	X			
Campo Mourão	X			X
Pato Branco	X			
Telêmaco Borba	X			X
Campo Largo		X	X	
Araucária		X		X
Ibiporã		X	X	
Mandaguari		X	X	
Jandaia do Sul		X	X	
Assis Chateaubriand	X			
Cianorte	X			
Cruzeiro do Oeste	X			
Francisco Beltrão	X			
Irati	X			
Rio Negro	X			
São José dos Pinhais			X	
Marialva				X
Marechal Cândido Rondon				X

FONTE: Fundação IPARDES

2.<sup>a</sup> Prioridade - Municípios que se constituem num extravazamento do crescimento industrial de Curitiba: Campo Largo - São José dos Pinhais.

3.<sup>a</sup> Prioridade - Municípios inseridos concomitantemente nos estudos: "Programa das Cidades de Porte Médio" - "Planos Regionais Industriais - PRI" - "Áreas Industriais no Paraná" - "Programa dos Eixos Industriais - PROEI" - Paranaguá - Arapongas - Cambé e Toledo.

4.<sup>a</sup> Prioridade - Municípios inclusos simultaneamente no "Programa das Cidades Médias" e "nas áreas Industriais do Paraná": União da Vitória - Umuarama - Telêmaco Borba.

5.<sup>a</sup> Prioridade - Municípios do eixo Londrina - Maringá (que estão recebendo uma atenção no METRONOR), enquadrados ao mesmo tempo no PRI e PROEI: Iporã - Mandaguari - Jandaia do Sul.

6.<sup>a</sup> Prioridade - Município do eixo Londrina - Maringá contemplados no Programa das Cidades Médias: Marialva.

7.<sup>a</sup> Prioridade - Municípios estratégicos: Pato Branco\* - Francisco Beltrão\* - Foz do Iguaçu.

\*A consideração de Pato Branco e Francisco Beltrão como estratégicos, é consequência de duas características importantes apresentadas pelos Municípios:

- a) serem detentores de uma infra-estrutura já consolidada para receber novos estabelecimentos industriais (não obstante seus incipientes parques);
- b) constituírem pólos da região Sudoeste do Estado. Portanto, suas inclusões no Programa das Cidades Médias, vêm apenas reforçar a escolha dos mesmos para a pesquisa, não constituindo sua causa.

Dos municípios escolhidos na primeira seleção, 7 (sete) integrantes do Programa das Cidades Médias não fizeram parte da nova listagem. Desses, cita-se um município incluído nas áreas industriais e outro (Guaíra) contemplado no PCPM, PRI e PROEI. Acrescentou-se ao conjunto, Matelândia, por possuir distrito industrial e Foz do Iguaçu por caracterizar-se como município estratégico.

A exclusão do município de Guaíra merece alguns comentários especiais. Sua indústria é bastante incipiente, com tendência ao declínio de suas atividades porque os gêneros Produtos de Minerais Não-metálicos e Madeira, que juntos representam 90% do Valor Agregado Industrial do município, tendem desaparecer. O primeiro desaparecerá em consequência de seus estabelecimentos produtores estarem localizados numa área que será alagada por "Ilha Grande" e o segundo em função da ausência de matéria-prima regional, que tem provocado importações do Paraguai e Mato Grosso do Sul, deve dificultar mais ainda a sua evolução.

Os bens industrializados importados possuem, em geral, um alto grau de elaboração, sendo produzidos (com raras exceções) em grande escala, nos centros de origem.

Estes fatos demonstram que, apesar de incipiente, a indústria do município tem pequenas possibilidades de crescer.

Objetivando decidir sobre o tipo de tratamento a ser dispensado na visita a cada município (pesquisa enfática, entrevistas sã na Prefeitura, ou Associação Comercial e Industrial, ou empresas), ou até a sua provável exclusão da amostra, tentou-se, a priori, levantar os seguintes dados por telefone, junto às prefeituras:

- a) existência de uma área destinada à implantação de novas indústrias;
- b) existência de uma certa aglutinação de estabelecimentos industriais na forma de parques, áreas, centros, distritos, etc.;
- c) fase ou período de crescimento industrial mais significativo atravessado pelo município com as 5 (cinco) principais empresas industriais instaladas no município nesta etapa, com razão social, data de fundação, data de início de atividades e número de empregados;
- d) as 5 (cinco) mais importantes e recentes indústrias implantadas no município, com nome, razão social, data de fundação, data de início de operações e número de empregados.

Com a análise das informações obtidas rejeitou-se mais 8 (oito) municípios:

- a) Foz do Iguaçu
  - i) o parque industrial existente é inexpressivo;
  - ii) a área destinada a novas instalações não tem infra-estrutura;
  - iii) a economia do município é voltada para o turismo;
- b) Ibiporã
  - i) o distrito industrial já está plenamente ocupado por pequenas e médias indústrias, não havendo outras áreas destinadas a novas implantações;
  - ii) a única empresa relevante é antiga, integrante de um setor tradicional, empregando 151 operários;

## c) Jandaia do Sul

- i) possui uma área industrial de 4 alqueires, e um conjunto de indústrias inexpressivas;

## d) Mandaguari

- i) possui uma área industrial não-institucionalizada, sendo sua empresa mais expressiva voltada principalmente à produção de postes e artefatos de cimento;

## e) Telêmaco Borba

- i) uma única indústria é responsável por praticamente toda a atividade econômica do município;
- ii) o distrito industrial abarca pequenos e médios estabelecimentos industriais e os mecanismos de atração são irrelevantes para a maioria dos empreendedores;
- iii) uma das aspirações da administração municipal é implantar indústrias que processem os bens que transitam pelo município e são transformados em Ponta Grossa, e isso é impraticável;

## f) Umuarama

- i) o distrito industrial resume-se a uma área desapropriada;
- ii) a fase de maior crescimento industrial do município é bastante remota;
- iii) as unidades industriais mais expressivas instaladas nesta época, assim como as mais recentes, pertencem a setores tradicionais. Portanto, é razoável supor que os fatores locais são óbvios e o papel do distrito indus-

trial não poderá ser avaliado;

g) União da Vitória

i) a alternativa para o município é a verticalização no processo produtivo das grandes indústrias madeireiras, fato que já vem ocorrendo há algum tempo;

ii) o papel do distrito industrial será avaliado parcialmente, porque os estabelecimentos industriais aĩ instalados são inexpressivos.

Finalmente, feitos estes cortes, segue a relação dos municípios que merecerão inquérito exaustivo neste projeto: Curitiba - Londrina - Maringá - Ponta Grossa - Cascavel - Araucária - Apucarana - Matelândia - Campo Mourão - Guarapuava - Rolândia - Cornélio Procópio - Campo Largo - São José dos Pinhais - Paranaguá - Arapongas - Cambé - Toledo - Marialva - Pato Branco - Francisco Beltrão.

**ANEXO 2**

**ROTEIROS E QUESTIONÁRIOS APLICADOS NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS**

## A) Prefeituras

- 1 - Quais são as indústrias mais importantes instaladas no município? Indicar a razão social, ramo de atividade e origem do capital.
- 2 - Quais as principais matérias-primas disponíveis no município?
- 3 - Existe no município uma área destinada à instalação de novas indústrias? Verificar legislação e justificativa.
- 4 - Existe no município uma política industrial definida? Levantar objetivos, instrumentos e resultados.
- 5 - Quais os efeitos positivos e negativos provocados pela instalação de indústrias no município?
- 6 - Existe prioridade para a concessão de incentivos fiscais pelo município?
- 7 - Em função de incentivos fiscais, qual foi a perda de receita pelo município?
- 8 - Como classificaria a atual situação financeira do município e suas perspectivas futuras? Teria o município condições financeiras para engajar-se em uma política de inversões em infra-estrutura?
- 9 - Que medidas pode tomar a administração municipal e estadual para estimular o crescimento industrial do município?

- 10 - Quais são os fatores limitativos para a industrialização do município?
- 11 - Qual o seu parecer sobre a atuação das agências governamentais de apoio financeiro e/ou infra-estrutural (exemplos: BANESTADO, BADEP, BRDE, TELEPAR, SANEPAR, etc)?
- 12 - A prefeitura possui algum plano habitacional para o município?
- 13 - Houve no município recentemente algum caso concreto de utilização de energia alternativa ao petróleo na indústria?
- 14 - A que fatores pode ser atribuída a queda da população do município nos últimos 10(dez) anos? (Se for o caso)
- 15 - Qual a situação atual e perspectivas para o futuro na oferta de água, energia, transportes, e outros serviços do município?

## B) Aspectos Gerais do(s) Distrito(s) Industrial(is)

### 1 - Identificação.

- Denominação.
- Institucionalização.
- Ano de instalação da infra-estrutura mínima necessária para a instalação de indústrias - Especificar.
- Enquadrava-se nos Planos Estadual de Desenvolvimento?
- Havia um número mínimo de empresas comprometidas em instalar-se no distrito?
- Empresa Administradora.
- Plano Diretor.
- Estudos de Viabilidade.

### 2 - Grau de Ocupação.

- Área total.
- Área reservada às indústrias.
- Área reservada a outras atividades.
- Há necessidade e possibilidade de remanejamento destas áreas?
- Empresas implantadas depois da criação do distrito (ano, número e área).
- Empresas implantadas antes da criação do distrito (ano, número e área).
- Empresas em implantação (número e área).
- O ritmo de instalação corresponde ao esperado? Por quê?

- Área ocupada por outras atividades.
- Tipos de indústrias implantadas por produto.
- Há serviços de apoio à indústria. Quais?
- Existe plano de expansão para o distrito?

### 3 - Infra-Estrutura.

- Acesso.
  - a) pavimentação até o distrito;
  - b) pavimentação dentro do distrito.
- Energia Elétrica.
  - a) concessionária;
  - b) potência instalada;
  - c) demanda atual.
- Abastecimento de água.
  - a) água industrial;
  - b) água potável;
  - c) concessionária;
  - d) rios disponíveis.
- Sistema de esgotos.
  - a) rede coletora;
  - b) estação de tratamento.
- Gás e Óleo (abastecimento)
- Rodovias
  - a) rodovias existentes;
  - b) distâncias rodoviárias intermunicipais;
  - c) distâncias rodoviárias interestaduais.
- Ferrovias
- Porto
- Aeroporto

- Terminal de transportes de carga pesada.
- Telecomunicações
  - a) concessionária.
- Controle de poluição.
  - a) órgão responsável.
- Planos Habitacionais.
- Órgão responsável pelo treinamento da mão-de-obra absorvida pelo distrito.

#### 4 - Mão-de-obra.

- Número de empregos.
  - a) diretos;
  - b) indiretos.
- Número de empregos previstos com as novas implantações.
  - a) diretos;
  - b) indiretos.

#### 5 - Investimentos.

- Origem dos recursos aplicados.
  - a) prefeituras;
  - b) financiamentos (especificar);
  - c) repasses (especificar).
- Disponibilidade de recursos a aplicar. Quais as prioridades.
- Tipos de indústrias que se pretende atrair para os distritos.
- Dificuldades na implantação do distrito.
  - a) financeira:

- Disponibilidade de recursos próprios;
  - Acesso a financiamentos;
  - Acesso a repasses.
- b) na desapropriação:
- dificuldades judiciais;
  - dificuldades com custos.
- c) na instalação de serviços que não são da alçada do município:
- água;
  - esgoto;
  - pavimentação;
  - comunicações;
  - energia;
  - bancos;
  - outros.
- Dificuldades encontradas após implantação do distrito.
- a) financeira;
- b) outras (especificar).
- 6 - Política de incentivos.
- Incentivos concedidos às indústrias.
- 7 - Faturamento atual das empresas e previsão futura.
- 8 - Quais as maiores dificuldades na atração de indústrias?
- a) do município;
- b) de outras regiões.
- 9 - Observações do órgão responsável.
- 10 - Apreciação sobre a coordenação entre os órgãos que administram o distrito.

## C) Empresários

### C.1 - Município.

Nome do entrevistado:

Duração da entrevista:

### C.2 - Dados Gerais do Estabelecimento.

1 - Nome:

2 - Ano de Fundação:

3 - Ano de início de operação:

4 - Natureza: Independente - sede única ( )

Matriz ( )

Filial ( )

Membro de uma Cia.ou grupo de empresas ( )

5 - Distribuição do capital (no caso de S.A., capital votante), majoritário e minoritário.

a) nacional.

- estatal:

- privado - grupo ou capitalista paranaense:

- grupo ou capitalista paulista:

- outros:

b) estrangeiros:

6 - Número de empregados.

a) presentemente ocupados:

b) no pico da produção:

7 - Gênero Industrial:

8 - Bens produzidos (destacar os principais e % sobre o valor das vendas):

9 - Localização da Planta.

a) Distrito Industrial ( )

b) Rede Urbana ( )

C.3 - Fatores de Localização.

10 - Fatores determinantes da localização do empreendimento (hierarquizar):

a) no Brasil (se for o caso);

b) no Paraná (se for o caso);

c) na microrregião;

d) no Município.

11 - Foram consideradas outras alternativas para a localização da planta?

a) fora do Estado.

- Estados:

- Razões para abandonar:

b) dentro do Estado.

- Regiões:

- Razões para abandonar:

- Municípios:

- Razões para abandonar:

12 - Na consideração destas outras alternativas, foram realizadas comparações (ainda que grosseiras sobre):

a) custo do terreno ( )

b) disponibilidade de mão-de-obra ( )

- c) qualidade da mão-de-obra ( )
- d) custo da mão-de-obra ( )
- e) custo de transporte da matéria-prima, peças e componentes ( )
- f) custo dos produtos finais ( )
- g) peso dos incentivos fiscais e físicos sobre o investimento fixo ( )
- h) disponibilidade dos serviços de apoio à indústria ( )
- i) qualidade dos serviços de apoio ( )
- 13 - Excetuada a oferta de terreno e infra-estrutura, que outros aspectos ligados à existência do Distrito Industrial influenciaram sua localização?
- 14 - Por que a empresa não se instalou ou realocalizou-se no distrito industrial?
- 15 - Existem inconvenientes em sua atual localização? Destacar os três principais em ordem de importância.
- a) disponibilidade da mão-de-obra ( )
- ligada à produção:
  - administrativa:
- b) qualidade da mão-de-obra ( )
- ligada à produção:
  - administrativa:
- c) problemas com recrutamento da mão-de-obra ( )
- ligada à produção:
  - administrativa:

- d) custo da mão-de-obra ( )
  - ligada à produção:
  - administrativa:
- e) habitação e transporte de empregados ( )
- f) ação dos sindicatos ( )
- g) pressão popular, contra empresa poluidora ( )
- h) acesso à planta ( )
- i) serviços de apoio ( )
  - bancos: disponibilidade ( )
    - qualidade ( )
  - auditoria: disponibilidade ( )
    - qualidade ( )
  - assistência jurídica
    - disponibilidade ( )
    - qualidade ( )
  - assistência técnica e manutenção: disponibilidade ( )
    - qualidade ( )
  - computação: disponibilidade ( )
    - qualidade ( )

j) outros:

16 - Há interesse em realocar o estabelecimento?

Para onde? Por quê?

17 - Em caso de futura ou provável expansão da empresa (multiplantas ou novas unidades produtivas), onde se localizaria? Por quê?

## C-4 - Avaliação dos Investimentos:

18 - Que fizeram os Governos Municipal, Estadual e Federal para atrair, viabilizar ou facilitar a implantação do estabelecimento? Hierarquizar conforme ordem decrescente de importância.

## a) Governo Municipal:

- isenção de impostos. ( )
- doação de terreno. ( )
- venda de terreno a preço subsidiado. ( )
- execução de serviços de terraplenagem. ( )
- intermediação entre a empresa e o Governo Estadual para a obtenção dos serviços básicos (água, esgoto, telefone, telex, etc.) ( )
- pressão política do Governo Municipal junto ao Estadual. ( )
- outros. ( )

## b) Governo Estadual:

- provisão imediata de infra-estrutura ( )
- proposta de participação acionária no capital da empresa. ( )
- participação acionária efetiva no capital da empresa. ( )
- financiamento do capital fixo (máquinas, equipamentos, instalações). ( )
- oferta de financiamento de capital de giro. ( )
- intermediação entre a empresa e o Governo federal (CDI, BEFIEX, BNDE, etc). ( )

- pressão política junto à área federal. ( )
- outros. ( )
- c) Governo Federal:
  - acesso ao CDI. ( )
  - acesso à BEFIEX. ( )
  - acesso ao BNDE. ( )
  - outros. ( )
- 19 - Estimar o peso sobre o investimento fixo:
  - a) do terreno doado:
  - b) do terreno subsidiado:
  - c) da infra-estrutura concedida:
- 20 - Qual é o peso aproximado dos impostos e taxas isentadas sobre o valor das vendas?
  - a) municipais:
  - b) estaduais:
- 21 - Que medidas pode tomar a administração municipal e estadual para estimular o crescimento industrial do município?
  - a) administração municipal:
  - b) administração estadual:
- 22 - Qual é o seu parecer sobre a atuação das agências governamentais de apoio financeiro e/ou infra-estrutural:
  - a) agências de apoio financeiro:
    - BADEP:
    - BRDE:
    - BANESTADO:
    - Outras:

- b) agências de apoio infra-estrutural;
  - COPEL:
  - SANEPAR:
  - TELEPAR:
  - DER: (Secretaria de Transportes):

C.5 - Estrutura de Mercado.

23 - Mercado Provedor:

- a) regiões de origem da principal matéria-prima:
- b) regiões de origem dos principais componentes, peças e partes adquiridas:
- c) principais fornecedores:
- d) problemas com abastecimento:
- e) influência dos custos de transporte da matéria-prima e dos principais insumos sobre o custo de produção e sobre a competitividade:

24 - Mercado Consumidor:

- a) regiões de destino dos principais produtos:
- b) principais concorrentes no mercado que a unidade atende:
- c) influência dos custos de transporte no preço do produto:
- d) problemas enfrentados nesta estrutura de mercado:

25 - Forma de fixação do preço. Influência do CIP:

26 - Capacidade de produção teórica e efetiva da planta. Taxa de ociosidade e razões:

27 - Reflexos da crise atual sobre as atividades da empresa. Explora as possibilidades de substituição energética?

#### D) Entidade Classista

- 1 - Existe uma política industrial no município? Qual a sua eficiência?
- 2 - Que medidas pode tomar a administração municipal e estadual para estimular o crescimento industrial do município?
- 3 - Qual o seu parecer sobre a atuação das agências governamentais de apoio financeiro e/ou infra-estrutural?
- 4 - Quais os atrativos atuais do município para a instalação de novas indústrias?

**ANEXO 3**

**DADOS GERAIS DOS PRINCIPAIS DISTRITOS E ÁREAS INDUSTRIAIS PESQUISADAS**

## 1 Identificação

- Município: Apucarana
- Denominação: Parque Industrial Zona Sul e Parque Industrial Zona Oeste.
- Institucionalização: Lei nº 18/70
- Ano de instalação da infra-estrutura mínima necessária para a instalação de indústrias: 1967 - execução de obras de infra-estrutura e saneamento.
- Empresa Administradora: Companhia de Desenvolvimento de Apucarana - CODAP.

## 2 Grau de Ocupação

- Área total: 21,32 alqueires - área 1 = 15 alqueires, área 2 = 6 alqueires.

## 3 Infra-estrutura

- Pavimentação até o distrito: sim.
- Pavimentação dentro do distrito: não.
- Energia elétrica: sim - COPEL.
- Água industrial: sim (grande capacidade).
- Água potável: sim - SANEPAR.
- Rios disponíveis: existe um rio próximo a cada uma das áreas.

- Rede coletora de esgoto: não existe.
- Estação de tratamento de esgoto: não existe.
- Rodovias existentes: BR-376, BR-369.
- Ferrovias: existem seccionando as duas áreas.
- Aeroporto: em fase de construção - próximo às áreas.
- Telecomunicações: sim - TELEPAR.
- Controle da poluição: sim - SUREHMA.
- Planos habitacionais: sō existem nūcleos habitacionais próximos às áreas.
- Órgão responsável pelo treinamento da mão-de-obra: sim  
FETAP - Fundação Municipal - em convênio com o Ministério do Trabalho.

#### **4 Investimentos**

- Origem dos recursos aplicados nas áreas industriais: prefeitura - 100%.
- Disponibilidade de recursos a aplicar: sim, principalmente em pavimentação e obras de infra-estrutura.
- Tipos de indústrias que se pretende atrair para o distrito: qualquer indústria.
- Dificuldades encontradas na implantação do distrito: financeiras
- Dificuldades encontradas após a implantação do distrito: financeiras

#### **5 Política de Incentivos**

- Incentivos concedidos às indústrias: doação de terreno, isenção do IPPTU por 10 anos e terraplenagem.

6 Quais as maiores dificuldades encontradas na atração de indústrias de outras regiões.

- Falta de divulgação do município e dos distritos industriais existentes por parte do Governo Estadual.

7 Observações do Órgão Responsável

- Existem dificuldades em conseguir verbas para o melhoramento de infra-estrutura dos distritos industriais.

## 1 Identificação

- Município: Araucária
- Denominação: Centro Industrial de Araucária - CIAR.
- Institucionalização: decreto nº 951 de 14.01.1975.
- Ano de instalação da infra-estrutura mínima: 1973.
- Enquadrava-se nos Planos Estaduais de Desenvolvimento: Sim.
- Havia um número mínimo de empresas comprometidas em instalar-se no distrito: não.
- Empresa administradora: Prefeitura Municipal
- Plano diretor: sim.
- Estudo de viabilidade: sim.

## 2 Grau de Ocupação

- Área total: 15 061,98 alqueires (delimitados).
- Área reservada às indústrias: CIAR I - 5 409,1 alq.  
CIAR II - 3 318,18 alq.  
CIAR III - 6 334,71 alq.
- Há necessidade e possibilidade de remanejamento destas áreas: não.
- Empresas implantadas antes da criação do distrito: uma.
- Ritmo de instalação: não corresponde ao esperado, pois está necessitando maior promoção por parte do Governo Estadual.
- Serviço de apoio à indústria: não existe.
- Existe Plano de Expansão para o distrito: sim, CIAR II para indústrias pouco poluentes, CIAR III para indústrias poluentes.

### 3 Infra-estrutura

- Pavimentação até o distrito: sim.
- Pavimentação dentro do distrito: primária (saibro).
- Energia elétrica: sim - COPEL.
- Potência instalada de energia elétrica: suficiente para atender à demanda.
- Água industrial: poços artesianos: 1º) Com 80m de profundidade e vazão de 7 000 l/h.  
2º) Com 110m de profundidade e vazão de 11 800 l/h.
- Água potável: sim - SANEPAR.
- Rios disponíveis: captação - Rio Passaúna, Verde e Iguçu; lançamento de afluentes - conforme normas específicas da SUREHMA - Rios Barigui e Iguçu.
- Rede coletora de esgoto: em estudos.
- Estação de tratamento de esgoto: em estudos.
- Rodovias existentes: BR-476 ligação Curitiba, Araucária e São Mateus do Sul; BR-116 conexão com saídas para o norte e sul do País; BR-277 ligação com o norte e oeste do Paraná.
- Distâncias rodoviárias intermunicipais: Paranaguá - 102Km, Maringá-439Km, Curitiba-15Km, Apucarana-377Km, Ponta Grossa-120Km, Cascavel-554Km, Londrina-398Km e Foz do Iguçu-696Km.
- Distâncias rodoviárias interestaduais: São Paulo-423Km. Rio de Janeiro-888Km, Florianópolis-317Km e Porto Alegre-730Km.
- Ferrovias: existem três ramais que fazem a ligação Araucária-Curitiba.

- Porto: ligações ferroviária e rodoviária.
- Aeroporto: não existe, utilizam o aeroporto de São José dos Pinhais.
- Terminal de transporte de carga pesada: em estudos.
- Telecomunicações: DDD e DDI - TELEPAR.
- Controle da poluição: normas específicas DA SUREHMA.
- Planos habitacionais: Atualmente o município dispõe de 400 unidades residenciais financiadas pelo BNH.
- Órgão responsável pelo treinamento da mão-de-obra, qualificada - rede de instituições de ensino técnico comandado pelo Governo Estadual e Federal.

#### 4 Investimentos

- Origem dos recursos aplicados: prefeitura.
- Disponibilidade de recursos a aplicar: sim - prioridades para: estradas, energia e treinamento de mão-de-obra.
- Tipos de indústrias que se pretende atrair para estas áreas: todo tipo de indústrias, com prioridade para as que possam utilizar as matérias-primas locais (batata e frangos).
- Dificuldade na implantação destas áreas: financeira.
- Disponibilidade de recursos próprios: sim, dentro das possibilidades.
- Acesso a financiamentos: não houve.
- Acesso a repasses: não houve.
- Dificuldades na desapropriação: judiciais e com custos.
- Dificuldades na instalação de serviços que não são de alçada do município: água, esgoto e bancos.

- Dificuldades encontradas após a implantação destas áreas: financeiras.

## 5 Política de Incentivos

- Incentivos concedidos: terraplenagem; execução das obras de acesso à planta; extensão da rede de energia elétrica e telefônica; publicidade mínima necessária.

## 6 Dificuldades na Atração de Indústrias

- Do município - não existem.
- De outras regiões - falta de apoio dos órgãos de promoção industrial do Estado.

## 1 Identificação

- Município: Campo Mourão
- Denominação: Distrito Industrial I e Distrito Industrial II.
- Ano de instalação de infra-estrutura mínima: Distrito Industrial I - 1976 e Distrito Industrial II - 1980.
- Enquadra-se nos planos estaduais de desenvolvimento: sim.
- Havia um número mínimo de empresas comprometidas em instalar-se nos distritos: sim, no Distrito Industrial I - 1 empresa e no Distrito Industrial II - 2 empresas.
- Empresa administradora: Prefeitura Municipal.
- Plano diretor: sim.
- Estudo de viabilidade: sim.

## 2 Grau de Ocupação

- Área total: 144,63 alqueires, sendo: Distrito Industrial I - 33,05 alqueires Distrito Industrial I - 111,57 alqueires.
- Área reservada a outras atividades: Não existe atualmente, mas futuramente serão destinadas áreas para vias internas e de acesso, espaços verdes e outras.
- Há necessidade e possibilidade de remanejamento destas áreas: não.
- Empresas implantadas antes da criação do distrito:

- Distrito Industrial I - AGRIPEL - cereais, empacotadora - 4 000m<sup>2</sup>.
- Empresas em implantação: Distrito Industrial I - 3(três) serraria - parquet e carrocerias - 12 000m<sup>2</sup>.
  - Distrito Industrial II - 1(um) frigorífico em projeto para realocização.
  - O ritmo de instalação corresponde ao esperado: não.
  - Tipos de indústrias em implantação por produto: óleo de soja: laticínio, lajes e madeireira.
  - Existe Plano de Expansão para o distrito: sim.

### 3 Infra-estrutura

- Acesso: Distrito Industrial I - sistema viário; eixo-rodovia pavimentada para Goioerê (BR-272).  
Distrito Industrial II - sistema viário; eixo-rodovia pavimentada para Iretama (BR-487), lateral-rodovia para Roncador (BR-158).
- Pavimentação até os distritos: sim.
- Pavimentação dentro dos distritos: não.
- Energia elétrica: sim, COPEL.
- Potência instalada: 22 143 Kws (no município).
- Abastecimento de água: capacidade do reservatório da cidade 540 ℓ/h.
- Água industrial: não.
- Água potável: sim, SANEPAR.
- Rios disponíveis: Rio do Campo - para captação.  
Rio Ranchinho - para lançamento de resíduos.

- Sistema de esgoto: sim, SANEPAR (urbano).
- Rede coletora: somente na cidade (36 000m<sup>2</sup>).
- Estação de tratamento: sim, 12ℓ por segundo.
- Gás e óleo (abastecimento): através da refinaria de Araucária.
- Rodovias existentes: BR-369 - Curitiba, Londrina, Cascavel, Foz do Iguaçu.  
BR-487 - Guarapuava, Mato Grosso Sul.  
BR-158 - Laranjeiras do Sul.  
BR-272 - Goioerê, Guaíra.  
PR-13 - Maringá, Apucarana, Londrina.
- Distância rodoviárias intermunicipais:
 

Maringá - 86Km	Londrina - 218Km
Apucarana - 156 Km	Ponta Grossa - 405 Km
Cascavel - 187 Km	Curitiba - 510 Km
- Distâncias rodoviárias interestaduais:
 

São Paulo - 660Km
Rio de Janeiro - 1 056Km
Brasília - 1 130 Km
Porto Alegre - 1 320Km
- Ferrovias: não
- Porto: não
- Aeroporto: sim, aviões de pequeno porte, sem linhas regulares.
- Terminal de transportes de carga pesada: não
- Telecomunicações: sim, TELEPAR.
- Controle de poluição: sim, SUREHMA e ACOPE - Associação Centro-Oeste e Proteção Ambiental.
- Planos habitacionais: sim.

- Órgãos responsáveis pelo treinamento da mão-de-obra absorvida pelo distrito: SENAC, SENAI.

#### 4 Mão-de-obra

- Número de empregos diretos: as empresas que se implantaram em 1980 nos distritos, criaram mais de 300 empregos diretos.
- Número de empregos previstos com algumas novas implantações: com as implantações de quatro pequenas empresas nos distritos, está prevista a criação de 96 novos empregos diretos.

#### 5 Investimentos

- Origem dos recursos aplicados: prefeitura.
- Financiamentos: não houve.
- Repasses: não houve.
- Disponibilidade de recursos a aplicar: sim, prioridades: asfalto e água.
- Tipos de indústrias que se pretende atrair para os distritos: agroindustriais.
- Dificuldade na implantação do distrito.  
Financeira: sim.  
Disponibilidade de recursos próprios: sim (Cr\$ 200 000,00)  
Acesso a financiamentos: sim.  
Acesso a repasses: não houve.  
Dificuldades judiciais: não houve.  
Dificuldades com custo: sim

Na instalação de serviços que não são da alçada do município: água, esgoto, pavimentação interna dos distritos industriais: comunicações.

- Dificuldades encontradas após implantação do Distrito: financeiras.

## 6 Política de Incentivos

- Incentivos concedidos às indústrias: isenção de impostos por até 20 anos, conforme o número de empregados.
- Doação de terreno.
- Serviços de terraplenagem gratuito.
- Assessoramento junto aos órgãos oficiais do Governo.
- Infra-estrutura necessária para a viabilização de projetos industriais.

## 7 Dificuldades na Atração de Indústrias

Do Município:

- a) falta de um terminal que ligue Campo Mourão à Maringá e com o Porto de Paranaguá;
- b) ausência de um núcleo da SEIC - Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio no município.

## 8 Observações do Órgão Responsável

Órgãos como a SEIC, o CENDI, e outros tanto, deveriam promover os municípios pólos do interior, e incentivar para que as indústrias se instalassem nos mesmos, observando critérios tais como: município pó-

los, incentivos oferecidos pelo poder público municipal para a industrialização, matéria-prima regional, mão-de-obra, mercado consumidor, perfis industriais viáveis, etc.

## 1 Identificação

- Município: Cascavel
- Denominação: Distrito Industrial de Cascavel.
- Institucionalização: Lei nº 1 415 de 1979.
- Empresa administradora: Prefeitura Municipal de Cascavel.
- Plano diretor: sim.
- Estudos de viabilidade: sim.
- Número de empresas instaladas antes da criação do Distrito: nenhuma.

## 2 Grau de Ocupação

- Área total: 128,00 alqueires, sendo 75 para a fase de implantação, e 53 para a expansão.
- Área reservada às indústrias: 42 alqueires.
- Área reservada a outras atividades: 25 alqueires.
- Sistema viário ocupará: 8,4 alqueires.
- Número de empresas implantadas: nenhuma.
- Número de empresas em implantação: 1 (uma) empresa em implantação; 2 (duas) empresas em fase de projeto, que ocuparão uma área de 4 alqueires.
- Área ocupada por outras atividades: não possui outras atividades implantadas.

### 3 Infra-estrutura

- Pavimentação até o Distrito: sim.
- Pavimentação dentro do Distrito: não (em andamento).
- Energia elétrica: sim, COPEL.
- Água industrial: não, existem somente 3 poços artesianos em fase de perfuração.
- Água potável: não, mas a implantação do sistema está em fase de estudos.
- Rios disponíveis: o distrito possui apenas vertentes.
- Gás e Óleo: Refinaria Presidente Vargas.
- Rodovias existentes: BR-277 - ligação Foz do Iguaçu - Curitiba - Paranaguá; BR-369 - ligação Norte do Paraná - São Paulo; BR-467 - ligação Nordeste do Paraná.
- Distâncias rodoviárias intermunicipais:
 

Curitiba	- 503Km;	Londrina	- 360Km;
Paranaguá	- 423Km;	Maringá	- 249Km;
Ponta Grossa	- 400Km;	Foz do Iguaçu	- 135Km.
- Distâncias rodoviárias interestaduais:
 

São Paulo	- 926Km;	Florianópolis	- 805Km;
Rio de Janeiro	- 1 439Km;	Porto Alegre	- 1 218Km.
- Ferrovias: a ferrovia da Soja, seccionará Cascavel. Por isto, pretende-se implantar um ramal no Distrito Industrial.
- Aeroporto: sim. Vôos diários (alternados com Curitiba, em linha comercial, com aviões de pequeno porte.
- Terminal de transportes de carga pesada: em fase de estudos.
- Telecomunicações: extensão da rede urbana.
- Planos Habitacionais: não possui.

#### 4 Investimentos

- Origem dos recursos aplicados: Prefeitura Municipal e repasses (convênio com a SEIC),
- Disponibilidade de recursos a aplicar: não existe .
- Prioridades para aplicação de recursos: energia-elétrica, comunicações, água, sistema viário interno.
- Tipos de indústrias que se pretende atrair para o Distrito: alimentares, metal-mecânica, madeira, mobiliário.
- Dificuldades na implantação do Distrito: financeiras.

#### 6 Política de Incentivos

- Incentivos concedidos às indústrias: infra-estrutura, informações e acompanhamento permanente do projeto.

## 1 Identificação

- Município: Cornélio Procópio
- Denominação: Distrito Industrial I - totalmente ocupado  
Distrito Industrial II - em fase de im-  
plantação  
Distrito Industrial III - em fase de im-  
plantação.
- Institucionalização: Lei nº 480 de 03.04.67 - Distrito  
Industrial I. Em 1980 foram cria-  
dos os Distritos Industriais II e III.
- Ano de instalação da infra-estrutura mínima: 1967  
(Água, luz, telefone, acesso, etc.) apenas para o Dis-  
trito Industrial I.
- Enquadrava-se nos planos estaduais de desenvolvimento: não
- Havia um número mínimo de empresas comprometidas em  
instalar-se no Distrito: para o Distrito Industrial I  
sim - 5 ou 6 empresas;  
Para os Distritos Industriais  
II e III - não.
- Empresa administradora: Companhia de Desenvolvimento  
Industrial de Cornélio Procó-  
pio - CODIC.
- Plano diretor: Não
- Estudos de Viabilidade: para o Distrito Industrial I -  
não.

para os Distritos Industriais  
II e III - sim.

## 2 Grau de Ocupação

- Área total: 27,00 alqueires, sendo: Distrito Industrial I - totalmente ocupado.  
Distrito Industrial II: 9,5 alqueires.  
Distrito Industrial III: 17,5 alqueires.
- Área reservada às indústrias: área total (27,00 alq.).
- Empresas implantadas depois da criação dos Distritos:  
Distrito Industrial I - 10 empresas.  
Distritos Industriais II e III - nenhuma.
- Empresas implantadas antes da criação dos Distritos:  
Distrito Industrial I - uma empresa.  
Distritos Industriais II, III - nenhuma.
- Empresas em implantação: Distrito Industrial I - INAMAG  
(Plásticos).  
Distrito Industrial II - KANEBO (adubos orgânicos).  
Distrito Industrial III - nenhuma.
- Ritmo de instalação corresponde ao esperado: não devido a problemas financeiros.
- Tipos de indústrias implantadas por produto: no Distrito Industrial I - algodão, plásticos, café, carroçarias, implementos agrícolas. Nos Distritos Industriais II e III - não existe nenhuma unidade implantada.
- Serviços de apoio à indústria: dentro dos Distritos Industriais não existem.
- Plano de expansão para os Distritos: não.

### 3 Infra-estrutura

- Pavimentação até os Distritos: sim.
- Pavimentação dentro dos Distritos: Distrito Industrial I - sim.  
Distrito Industrial II e III - não.
- Energia elétrica - sim. CHEP - Cia. Hidrelétrica do Paranapanema - COPEL.
- Água Industrial: Distrito Industrial I - Existe proveniente de poços artesianos.  
Distritos Industriais II e III: não
- Água potável: Distrito Industrial I: Existe SANEPAR.  
Distritos Industriais I e II: Não existe.
- Sistema de esgotos: não existe.
- Rodovias existentes: BR-369 - ligação Londrina, São Paulo.
- Aeroporto: Sim, o Município possui uma pista com 1 450m , entretanto não possui vôos regulares.
- Terminal de transportes de carga pesada: não possui.
- Telecomunicações: Distrito Industrial I- Sim - TELEPAR.  
Distritos Industriais II e III - não possuem.
- Controle da poluição: Assistência e Proteção ao Meio Ambiente - APEMA (Órgão criado pela comunidade).
- Planos habitacionais: Distrito Industrial I - existe um núcleo dentro, construído com recursos da própria prefeitura. Distrito Industrial II-860 casas (ao lado do distrito). Distrito Industrial III - 104 casas (em frente ao distrito).
- Órgão responsável pelo treinamento da mão-de-obra: CEMEP.

#### 4 Investimentos

- Origem dos recursos aplicados: prefeitura
- Disponibilidade de recursos a aplicar: sim, (água, luz, telecomunicações e asfalto).
- Tipos de indústrias que se pretende atrair para os Distritos: Agroindustriais.
- Dificuldades encontradas após implantação do Distrito: Abastecimento de água.

#### 5 Política de Incentivos

- Incentivos concedidos às indústrias: doação do terreno, infra-estrutura, terraplenagem e isenção de impostos.

#### 6 Quais as Maiores Dificuldades na Atração de Indústrias

- Do Município: financeiras.
- De outras regiões: financeiras

## 1 Identificação

- Município: Curitiba
- Denominação: Cidade Industrial de Curitiba.
- Institucionalização: Decreto nº 30 de 19/01/73.
- Ano de instalação da infra-estrutura mínima: 1974 sistema viário interno com financiamento do BNH.
- Enquadrava-se nos planos estaduais de desenvolvimento: Não.
- Empresa administradora: no início - URBS, atualmente Cidade Industrial de Curitiba - S/A.
- Plano Diretor: Sim.
- Estudos de viabilidade: sim.

## 2 Grau de Ocupação

- Área total: 1 814,05 alqueires.
- Área reservada às indústrias: 1 059,50 alqueires.
- Área reservada a outras atividades: 587,19 alqueires.
- Área verde: 167,36 alqueires.
- EMPRESAS IMPLANTADAS DEPOIS DA CRIAÇÃO DO DISTRITO:

ANO	Nº	ÁREA CONSTRUÍDA(m <sup>2</sup> )
1973	10	142 623
1974	13	110 968
1975	12	39 510
1976	29	102 948
1977	17	79 342
1978	7	7 096
1979	6	32 142
1980	4	5 500
TOTAL	97	520 129

- Empresas implantadas antes da criação do Distrito: 7 a 10 empresas do ramo madeireiro.
- Empresas em implantação: 10(dez).
- Tipos de indústrias implantadas por produtos: madeira, matéria plástica, mobiliário, material elétrico e comunicação, material de transporte, mecânica e metalúrgica.
- Serviços de apoio à indústria: 11 empresas (alimentação para os operários, clínicas médicas, apoio logístico, SENAI, etc.). Observação: os terrenos para estas empresas são doados.
- Plano de expansão: não existe.

### 3 Infra-estrutura

- Acesso: sim.
- Pavimentação até o Distrito: sim.
- Pavimentação dentro do Distrito: sim.
- Energia elétrica: sim - COPEL.
- Água industrial: sim - SANEPAR.
- Água potável: sim - SANEPAR.
- Rios disponíveis: Rio Barigui e Rio Passaúna.
- Sistema de esgotos: não. Existe apenas aterro sanitário para lançamento do lixo industrial, e usam o Rio Barigui para lançamento de efluentes.
- Rodovias existentes: BR-116 - São Paulo e Porto Alegre;  
BR-277 - Norte, Oeste do Estado e Porto de Paranaguá;  
BR-476 - São Mateus do Sul.
- Ferrovias: ligações ferroviárias com o Norte do Esta-

do, Porto de Paranaguã, Estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

- Porto: Porto de Paranaguã - 90Km (BR-277).
- Aeroporto: Afonso Pena - 16Km (São José dos Pinhais).
- Terminal de transporte de carga pesada: sim.
- Telecomunicações: sim - TELEPAR.
- Controle de poluição: sim - SUREHMA.
- Planos habitacionais: Zona Sul - 6 000 unidades já construídas; Zona Norte - 8 000 unidades em projeto(BNH).
- Órgão responsável pelo treinamento da mão-de-obra absorvida pelo Distrito: Centro Federal de Educação Tecnológica e SENAI.

#### 4 Mão-de-obra

- Empregos diretos gerados: 15 118.
- Empregos diretos previstos: 6 000 a 8 000.

#### 5 Investimentos

- Origem dos recursos aplicados: prefeitura e receita da venda de terrenos (reinvestidos).
- Financiamentos: externos, BNH, operações financeiras - 63.
- Repasses: subvenções do Governo do Estado, subvenções do Governo Federal (insignificantes).
- Disponibilidade de recursos a aplicar: não há.
- Tipos de indústrias que se pretende atrair para o Distrito: Não existe prioridade atualmente.
- Dificuldades na implantação do Distrito: a) financei-

- ra: assumiram diversos financiamentos: b) na desapropriação: ainda há 5 300 00m<sup>2</sup> sob demanda judicial; c) custos: sim, os próprios investimentos públicos valorizaram as áreas a serem desapropriadas.
- Dificuldades após a implantação do Distrito: a) financeira possuem uma dívida de Cr\$ 3,7 bilhões; b) elevados custos de desapropriação em 1973 - Cr\$ 7,00 m<sup>2</sup>, em 1981 - Cr\$ 250,00 m<sup>2</sup>.

## 6 Política de Incentivos

Isenção dos impostos municipais e infra-estrutura.

## 7 Dificuldades na Atração de Indústrias

- Do Município: ainda é concedido alvará para as indústrias se instalarem fora da CIC.
- De outras regiões: concorrência com outros distritos de vários estados.

## 1 Identificação

- Município: Guarapuava
- Denominação: Distrito Industrial de Guaratu e Área Industrial de Boqueirão.
- Ano de criação: 1974
- Enquadravam-se nos Planos Estaduais de Desenvolvimento: Sim.
- Empresa administradora: Prefeitura Municipal.
- Plano diretor: sim.
- Estudo de viabilidade: sim.

## 2 Grau de Ocupação

- Área total: 154,13 alqueires.
- Área reservada às indústrias: não foram especificadas as dimensões. Zona A - indústrias não-poluentes com maior necessidade de transporte ferroviário. Zona B - indústrias poluentes. Zona C - indústrias com grande geração de esgotos líquidos e exigências de salubridade. Zona D - indústrias intensivas de mão-de-obra, não-poluentes.
- Área reservada a outras atividades: não foram especificadas as dimensões.
 

Zona E - Serviços	Zona H - Esportiva
Zona F - Comércio	Zona I - Verde
Zona G - Residencial	Zona J - Especial - escolas técnicas e universidades.

### 3 Infra-estrutura

- Acesso ao Distrito Industrial: o Distrito de Boqueirão não tem acesso asfaltado.
- Pavimentação dentro do Distrito: ambos não possuem pavimentação.
- Energia elétrica: sim - COPEL.
- Abastecimento de água: sim - extensão da rede pública SANEPAR.
- Rios disponíveis: Captação - Rio das Pedras e Jordão  
Lançamento de efluentes: Rio Cascavel.
- Rodovias existentes: BR-277 - ligação ao Porto de Paranaguá e Foz do Iguaçu.  
PR-460 - ligação com Norte e Noroeste do Estado.  
PR-170 - ligação com Sul do Estado.  
BR-373 - ligação com o Sudoeste do Estado.
- Ferrovia: existe ligação com o Porto de Paranaguá.
- Porto: ligação rodoviária e ferroviária.
- Terminal de transporte de carga pesada: Terminal ferroviário de madeira e combustível.
- Telecomunicações: sim - TELEPAR.
- Controle da poluição: sim-SUREHMA.
- Planos habitacionais: 1970 - 375 unidades concluídas.  
1976 - 76 unidades concluídas.  
1978 - 225 unidades concluídas.
  - 205 em construção.
  - 2096 em projeto.

- Órgão responsável pelo treinamento da mão-de-obra: não existe.
- Tipos de indústrias que se pretende atrair para os distritos: agroindustriais.

#### 4 Política de Incentivos

- Incentivos concedidos às Indústrias: Doação do terreno.  
Execução da infra-estrutura.  
Isenção dos impostos municipais.

## 1 Identificação

- Município: Londrina
- Denominação: Centro Industrial I, II, III, IV e outras áreas. Em 1973, a partir do CILO III determinou-se o Distrito Industrial.
- Institucionalização:
  - CILO I - 1972 - a) para realocização de indústrias instaladas na rede urbana;  
b) para atrair indústrias novas de outras localidades.
  - CILO II - 1973 - criado para atender as empresas de médio porte que não se encaixavam no CILO I.
  - CILO III - 1974 - para atender indústrias de diferentes portes.
  - CILO IV - 1980 - para atender indústrias voltadas a exploração da matéria-prima local.
  - OUTRAS ÁREA - para atender indústrias de grande porte, devido a inexistência de terrenos para esta categoria de estabelecimentos nos CILOs.
- Ano da instalação da infra-estrutura mínima:
  - CILO I - 1972
  - CILO II - 1973
  - CILO III - 1974

CILO IV - 1980

- Enquadrava-se nos planos estaduais de desenvolvimento: sim.
- Havia um número mínimo de empresas comprometidas a se instalar nestas áreas: não.
- Empresa administradora: Companhia de Desenvolvimento de Londrina - CODEL.
- Plano diretor: sim.
- Estudos de viabilidade: sim.

## 2 Grau de Ocupação

- Área total: 58,43 alqueires.  
 CILO I: 13,35 alqueires.  
 CILO II: 9,53 alqueires.  
 CILO III: 26,21 alqueires.  
 CILO IV: 9,34 alqueires.
- Área reservada a outras atividades: sim.
- Há necessidade e possibilidade de remanejamento destas áreas: Nos CILOS e outras áreas não existe intenção. No Distrito ainda não se pensou nesta hipótese.
- Empresas implantadas depois da criação destas áreas:
  - CILO I - 66
  - CILO II - 11
  - CILO III - 26
  - CILO IV - 4
  - OUTRAS ÁREAS: 11
- Empresas implantadas antes da criação destas áreas: Nenhuma

- Empresas em implantação (Número e Área): 09 com 95 500m<sup>2</sup>.
- Ritmo de instalação corresponde ao esperado: sim.
- Área ocupada por outras atividades: não existem informações.
- Tipos de indústrias implantadas por produto:
  - CILO I - indústrias leves, confecções, sacarias, produtos alimentares, móveis de artesanato, material elétrico e de comunicação (pequenas).
  - CILO II - indústrias médias (cerâmicas, móveis, confecções e plásticos).
  - CILO III - todo tipo de indústrias.
  - CILO IV - cerâmica e adubos.
  - OUTRAS ÁREAS - indústrias de grande porte de diversos tipos.
- Serviços de apoio à indústria: sim - assistência técnica e de manutenção e treinamento de mão-de-obra.
- Existe plano de expansão para o distrito: sim.

### 3 Infra-estrutura

- Pavimentação até o Distrito: sim.
- Pavimentação dentro das áreas: sim - CILO I e II.
- Energia elétrica: sim - COPEL.
- Potência instalada de energia elétrica: suficiente para atender a demanda.
- Água industrial: poço artesiano profundidade 100m, vazão 8 000 l/h.
- Água potável: rede pública - SANEPAR.
- Rios disponíveis: captação - Rio Cafezal.
- Lançamento de efluentes: Rio Quati e Três Bocas.

- Rede coletora de esgoto: não existe.
- Estação de tratamento de esgoto: não existe.
- Rodovias existentes: BR-369 ligação com São Paulo;  
BR-376 ligação com Curitiba e Porto de Paranaguã. Há ainda ligações com todas as demais regiões do Paraná e Mato Grosso do Sul.
- Distâncias rodoviárias intermunicipais:  
Paranaguã - 474Km; Maringá - 111Km;  
Curitiba - 387Km; Apucarana - 51Km;  
Araucária - 402Km; Cascavel - 360Km;  
Ponta Grossa - 280Km; Foz do Iguaçu - 495Km;
- Distâncias rodoviárias interestaduais:  
São Paulo - 566Km;  
Rio de Janeiro - 1 079Km;  
Florianópolis - 689Km;  
Porto Alegre - 1 102Km.
- Ferrovia: possui ramais que permitem ligações com o Norte do Estado, Curitiba, Porto de Paranaguã, São Paulo e Santa Catarina.
- Porto: ligação rodoviária e ferroviária ao Porto de Paranaguã.
- Aeroporto: local com ligações a Curitiba e São Paulo (jatos).
- Terminal de transportes de carga pesada: Possui projeto aprovado.
- Telecomunicações: DDD, DDI, TELEX - TELEPAR.
- Controle da poluição: normas específicas de SUREHMA.

- Órgãos responsáveis pelo treinamento da mão-de-obra:  
SENAI e Instituto Politécnico.

#### 4 Mão-de-obra

- Número de empregos diretos gerados:
 

CILO I	-	2 243
CILO II	-	406
CILO III	-	875
CILO IV	-	120
Outras áreas	-	1 979
- Número de empregos previstos com novas implantações:  
mais ou menos 800 empregos diretos.

#### 5 Investimentos

- Origem dos recursos aplicados nas áreas industriais:  
prefeituras.
- Financiamentos obtidos: 1974-BADEP - aquisição de terrenos para o CILO III.
- Repasses: não houve.
- Disponibilidades de recursos a aplicar: poucos, destinados à desapropriação de terrenos no distrito industrial.
- Tipos de indústrias que se pretende atrair para o distrito:  
Qualquer tipo, principalmente agroindustriais.
- Dificuldades na implantação do distrito: 1-judicial-sim no CILO III; 2-custos - sim(no distrito); 3-acesso a financiamentos - praticamente não houve; 4-na instalação de serviços que não são de alçada do município: não .
- Dificuldades encontradas após a implantação do Dis-

trito: financeiras.

## 6 Política de Incentivos

- Incentivos concedidos às indústrias: isenção do IPPTU; oferta de infra-estrutura; execução dos serviços de terraplenagem e doação do terreno (em casos especiais).

## 7 Quais as Maiores Dificuldades na Atração de Indústrias

- Do Município: os estímulos maiores oferecidos pelos municípios vizinhos (Cambé principalmente).
- De outras regiões: incerteza dos empresários em investir na indústria e dificuldades em doar o terreno a preços subsidiados.

## 8 Apreciação sobre a Coordenação entre os Órgãos que Administram o Distrito

A CODEL é uma empresa de economia mista, que tem como objetivo orientar o desenvolvimento de Londrina. Uma de suas atividades é o fomento à industrialização. No entanto, é um órgão bastante atrelado à Prefeitura, estando agora numa fase de certa indefinição, pelo fato de estar sendo criado um núcleo da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio no município.

## 1 Identificação

- Município: Maringá
- Denominação: Zona Industrial I - óleos vegetais-1949  
Zona Industrial 2 - indústrias leves -1964  
Zona Industrial 3 - mistas(grandes) - 1.<sup>a</sup> parte - 1973 e 2.<sup>a</sup> parte - 1977.  
Zona Industrial 4 - indústrias poluentes-1980
- Ano de instalação da infra-estrutura mínima (galerias pluviais, luz, água e comunicações).  
ZI-1 - 1949;  
ZI-2 - 1964;  
ZI-3 - 1973,1977;  
ZI-4 - 1980.
- Enquadrava-se nos planos estaduais de desenvolvimento: sim.
- Havia empresas comprometidas em instalar-se nestas áreas: não.
- Empresa administradora: prefeitura municipal.
- Plano diretor: sim.
- Estudos de viabilidade: sim.

## 2 Grau de Ocupação

- Área total: 666,01 alqueires.
- Área reservada às indústrias: ZI-1-29,60 alqueires;

ZI-2-14,70 alqueires;

ZI-3-436,01 alqueires;

ZI-4-185,70 alqueires.

- Área reservada a outras atividades: sem informações.
- Há necessidade e possibilidade de remanejamento destas áreas: não.
- Empresas implantadas antes da criação destas áreas: nenhuma.
- Empresas em implantação: uma empresa-área de 09 alqueires.
- O ritmo de instalação corresponde ao esperado: sim.
- Tipos de indústrias implantadas por produto:
  - ZI-1 - óleos vegetais;
  - ZI-2 - produtos alimentares, estofados, carroçarias, móveis, estruturas metálicas, etc;
  - ZI-3 - grandes empresas.
- Serviços de apoio à indústria: sim - escolas em convênio com DETEPAR e SENAI.
- Plano de expansão para estas áreas: sim-ZI-3 e ZI-4 .

### 3 Infra-estrutura

- Pavimentação até as áreas: sim.
- Pavimentação dentro das áreas: sim ZI-1 e 2, ZI-3 e 4 possuem cascalhamento.
- Energia elétrica: sim-COPEL.
- Potência instalada de energia elétrica: suficiente para atender a demanda.
- Água industrial: poço artesiano - profundidade 100m, vazão 8 000 l/h.

- Água potável: sim-SANEPAR.
- Rios disponíveis: captação - Rio Pirapõ; lançamento de efluentes - córregos.
- Rede coletora de esgotos: não existe.
- Rodovias existentes: BR-369 ligação com São Paulo, Curitiba e Paranaguã.
- Distâncias rodoviárias intermunicipais:
  - Paranaguã - 483Km; Londrina - 111Km;
  - Curitiba - 396Km; Apucarana - 60Km;
  - Araucária - 439Km; Cascavel - 249Km;
  - Ponta Grossa - 293Km; Foz do Iguaçu - 384Km.
- Distâncias rodoviárias interestaduais:
  - São Paulo - 674Km;
  - Rio de Janeiro - 1 187Km;
  - Florianópolis - 698Km;
  - Porto Alegre - 1 111Km.
- Ferrovia: existe com ligação a vários municípios do Norte do Estado, Curitiba, Porto de Paranaguã, São Paulo e Santa Catarina.
- Porto: ligação com o Porto de Paranaguã através da ferrovia e rodovia - BR-376.
- Aeroporto: local - ligações com Curitiba e Londrina através de aviões de pequeno e médio porte.
- Terminal de transporte de carga pesada: em estudos.
- Telecomunicações: DDD, DDI, TELEX-TELEPAR.
- Controle da poluição: normas específicas da SUREHMA.
- Planos habitacionais: o município possui 3 000 unidades residenciais em diferentes conjuntos habitacionais.

- Órgãos responsáveis pelo treinamento da mão-de-obra:  
SENAI e Unidade de Preparação da mão-de-obra - UPMO

#### 4 Mão-de-obra

- Número de empregos diretos gerados: ZI-1 - 600;  
ZI-2 - 1 200;  
ZI-3 - 3 000.
- Número de empregos diretos previstos: ZI-2 - 500;  
ZI-3 - 1 200.

#### 5 Investimentos

- Origem dos recursos aplicados: prefeitura.
- Financiamentos: não houve.
- Repasses: da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio para infra-estrutura (insignificantes em relação aos recursos aplicados pela prefeitura).
- Disponibilidade de recursos a aplicar: sim existe, com prioridade para infra-estrutura.
- Tipos de indústrias que se pretende atrair para estas áreas: óleos vegetais, alimentos, moveleiros e confecções.
- Dificuldades na implantação do distrito: não houve.
- Dificuldades na instalação de serviços que não são da alçada do município: não houve.
- Dificuldades encontradas após a criação do Distrito: não houve.

## 6 Política de Incentivos

- Incentivos concedidos:
  - Doação do terreno quando o estabelecimento absorver mais de 30 operários e iniciar as atividades em 06 meses;
  - Isenção dos impostos municipais por:
    - Dois anos-indústrias de 50 a 100 empregados.
    - Cinco anos-indústrias de 100 a 200 empregados.
    - Dez anos-indústrias de 200 a 500 empregados.
    - Quinze anos-indústrias de 500 a 1 000 empregados.
    - Vinte anos-indústrias acima de 1 000 empregados.
  - Terraplenagem, asfaltamento, desvio ferroviário.
  - Intermediação na aquisição do terreno fora das áreas.
  - Assessoramento junto aos órgãos públicos.

## 7 Dificuldades na Atração de Indústrias de outras Regiões

Incerteza dos empresários em investir na indústria.

## 1 Identificação

- Município: Matelândia
- Denominação: Distrito Industrial de Matelândia.
- Localização: Às margens da BR-277, ligação com Casca-vel e Foz do Iguaçu e a 1Km da zona urbana.
- Institucionalização: Lei nº 350 de 1977.
- Empresa administradora: Prefeitura Municipal de Matelândia.
- Plano diretor: não houve.
- Estudo de viabilidade: não houve.
- Empresas instaladas antes da criação do Distrito: 1(uma).

## 2 Grau de Ocupação

- Área total: 4,00 alqueires; pretendendo-se adquirir mais 2,00.
- Área reservada às indústrias: 4,00 alqueires.
- Área reservada a outras atividades: nenhuma.
- Número de empresas implantadas: 3(três) empresas, ocupando uma área de 52 000m<sup>2</sup>.
- Tipos de indústrias implantadas: pasteurização do leite e metalúrgica.

## 3 Infra-estrutura

- Acesso: próprio à BR-277.

- Pavimentação até o Distrito: sim.
- Pavimentação dentro do Distrito: não.
- Energia elétrica: sim - COPEL.
- Abastecimento de água: Extensão da Rede Pública - SANEPAR.
- Rios disponíveis: Rio Ouro Verde, Rio Sabiã, Rio Silva Jardim.
- Sistema de esgotos: não existe.
- Gás e Óleo(abastecimento): Refinaria Presidente Vargas.
- Rodovias existentes: BR-277 - ligação Cascavel - Foz do Iguaçu - Paraguai.
- Distâncias rodoviárias inter-municipais:
 

Curitiba	- 573Km;	Maringá	- 319Km;
Paranaguá	- 493Km;	Londrina	- 430Km;
Araucária	- 624Km;	Cascavel	- 70Km;
Ponta Grossa	- 470Km;	Foz do Iguaçu	- 65Km.
- Distâncias rodoviárias interestaduais:
 

São Paulo	- 996Km;	Florianópolis	- 875Km;
Rio de Janeiro	- 1 509Km;	Porto Alegre	- 1 288Km.
- Aeroporto: Não existe.
- Terminal de transportes de carga pesada: não existe.
- Telecomunicações: sim - DDD e DDI - TELEPAR.
- Controle da poluição: Sim - SUREHMA.
- Planos habitacionais: não existem.
- Órgão responsável pelo treinamento da mão-de-obra absorvida pelo Distrito: a prefeitura promove cursos, através da SEIC.

#### 4 Mão-de-obra

Número de empregos: diretos: 113 empregos;  
indiretos: 80 empregos.

## 5 Investimentos

- Origem dos recursos aplicados: Prefeitura Municipal.
- Disponibilidade de recursos a aplicar: sim, para a ampliação do distrito.
- Dificuldades na implantação do Distrito: na desapropriação.

## 6 Política de Incentivos

- Incentivos concedidos às indústrias: doação do terreno, isenção dos impostos municipais pelo prazo de até 10 anos, conforme o tipo de indústria; concessão da infra-estrutura.

## 1 Identificação

- Município: Ponta Grossa
- Denominação: Distrito Industrial Municipal de Botuquara.
- Institucionalização: Lei nº 3 162 de 09.07.79.
- Ano de instalação da infra-estrutura mínima: 1980
- Enquadrava-se nos planos estaduais de desenvolvimento: sim, inclusive faz parte do plano piloto de interiorização de indústrias promovido pela Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio.
- Havia um número de empresas comprometidas em instalar-se no Distrito: não.
- Empresa administradora: CIDEP - empresa de economia mista - criada pela Lei nº 2 975 de 24.11.77.
- Plano diretor: sim.
- Estudo de viabilidade: sim.

## 2 Grau de Ocupação

- Área total: 148,13 alqueires.
- Área reservada às Indústrias: 114,07 alqueires.
- Área reservada a outras atividades: 34,06 alqueires.
- Há necessidade e possibilidade de remanejamento destas áreas: não.
- Empresas implantadas depois da criação do distrito: Schwarz, Pedreiras Rosa, Usina de Asfalto.

- Empresas implantadas antes da criação do distrito: nenhuma.
- Empresas em implantação: Geroma do Brasil, Cimentos Tupi do Paraná.
- O ritmo de instalação corresponde ao esperado: sim, com 1(um) ano de existência, já existem 3 áreas ocupadas e várias comprometidas.
- Área ocupada por outras atividades: nenhuma.
- Tipos de indústrias implantadas por produto: indústrias mecânica, minerais não-metálicos e química;
- Serviços de apoio à indústria: SENAI, SESI.
- Existe Plano de Expansão para o Distrito: em princípio, não.

### 3 Infra-estrutura

- Acesso: pela rodovia BR-277 (asfaltada); e por ferrovia.
- Pavimentação até o distrito: sim.
- Pavimentação dentro do distrito: sim, rua nº1.
- Energia elétrica: sim-COPEL.
- Potência instalada: 50Kwa - suficiente para atender à demanda.
- Água potável: Rede Pública - SANEPAR.
- Rios disponíveis: captação: Tibagi - lançamento de efluentes líquidos: Pitangui.
- Rede coletora de esgotos não possui.
- Gás de óleo(abastecimento): Refinaria Presidente Vargas.
- Rodovias existentes: BR-277 - ligação com o Porto de Paranaguá, Norte e Noroeste do Paraná, Foz do Iguaçu,

Paraguai e São Paulo;

PR-111 - Acesso ao Estado de São Paulo.

- Distâncias rodoviárias inter-municipais:

Paranaguã - 190Km

Curitiba - 103Km

Araucária - 120Km

Londrina - 280Km

Maringá - 293Km

Apucarana - 233Km

Cascavel - 400Km

Foz do Iguaçu - 535Km

- Distâncias rodoviárias interestaduais:

São Paulo - 532Km; Rio de Janeiro - 1 045Km;

Florianópolis - 418Km; Porto Alegre - 831Km.

- Porto de Paranaguã - 195Km.

- Aeroporto: Local - recebendo aviões de pequeno e médio porte. Existe ainda previsão da linha de Ponta Grossa - São Paulo.

- Terminal de transportes de carga pesada: em estudos.

- Telecomunicações: DDD, DDI/CPT - Companhia Pontagrossense de Telecomunicações (Canal de Voz, Terminal de computação, Telex - TELEPAR.)

- Controle de poluição: sim - SUREHMA.

- Planos habitacionais: construídas 6 708 unidades/BNH sendo 2 948 próximas ao distrito industrial.

- Órgão responsável pelo treinamento de mão-de-obra:

SENAI, Escola Profissionalizante Tibúrcio Cavalcanti.

#### 4 Mão-de-obra

Não foi possível obter estas informações.

#### 5 Investimentos

- Origem dos recursos aplicados no Distrito Industrial: prefeitura - 95%.
- Financiamentos obtidos: nenhum.
- Repasses: SEIC - 5%.
- Disponibilidade de recursos a aplicar: sim.
- Prioridades na atração de: agroindústrias; metalúrgicas; mecânica.
- Tipos de indústrias que se pretende atrair para os distritos: metal-mecânica; eletro-eletrônica; agroindústrias.
- Dificuldades na implantação do distrito: Financeira: Nenhuma.  
Disponibilidade de recursos próprios: não existe em demasia, mas estão implantando o distrito industrial, dentro das possibilidades.  
Acesso a financiamento: não houve financiamentos.  
Acesso a repasses: apenas da SEIC (mínimo).  
Na desapropriação: nenhuma.  
Dificuldades judiciais: nenhuma.  
Dificuldades com custos: nenhuma.  
Na instalação de serviços que não são da alçada do município: água e esgoto.
- Dificuldades encontradas após implantação do distrito: Financeiras: Nenhuma. Outras: Nenhuma.

## 6 Política de Incentivos

- Incentivos concedidos às indústrias: fiscais - isenção do IPPTU, ISQN, por 10 anos a contar da data do efetivo funcionamento da unidade;
- físico: - terreno subsidiado
  - terraplenagem
  - infra-estrutura.

## 7 Faturamento Atual das Empresas e Previsão Futura

Impossível levantar.

## 8 Dificuldades na Atração de Indústrias

Do município = desinteresse de realocização por parte das indústrias mais antigas situadas na rede urbana.

De outras regiões = concorrência com outros municípios.

## 9 Observações do Órgão Responsável

Uma das maiores dificuldades encontradas pelo município, está relacionada com a atração de novos investimentos de outras cidades, assim como de outros estados, pois segundo colocação de membros da CIDEP, a prioridade inicial do Governo do Estado, é a Cidade Industrial de Curitiba.

## 1 Identificação

- Município: Rolândia
- Denominação: Área Industrial de Rolândia (não possui planejamento e nem infra-estrutura).
- Empresa administradora: Prefeitura Municipal de Rolândia.

## 2 Grau de Ocupação

- Área total: 6,5 alqueires.
- Número de empresas implantadas: nenhuma.

## 3 Infra-estrutura - não dispõe de infra-estrutura

- Acesso: localizado ao lado da PR 170.
- Pavimentação até o distrito: sim.
- Pavimentação dentro do distrito: não.
- Rodovias existentes: PR 170.
- Aeroporto: Londrina - distância 20Km.

## 4 Investimentos

- Origem dos recursos aplicados: prefeitura.
- Disponibilidade de recursos a aplicar: não existe, pois a área industrial não consta do orçamento municipal.

- Dificuldades encontradas após implantação do distrito: financeiras.
- Outras dificuldades: desinteresse das indústrias na ocupação desta área.

## 5 Política de Incentivos

- Incentivos concedidos às indústrias: terreno subsidiado, isenção de IPPTU e terraplenagem.